



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)**

#### OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada à administração pública, disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), hospedada em ambiente de computação em nuvem, contemplando recursos para tratamento e processamento dos dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos, com vistas à modernização administrativa do Município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 115/2026 e conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência/Anexo I.

#### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

#### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**Recebimento das propostas:** até às **08:15 do dia 11.06.2026.**

**Início da sessão de Disputa de Preços:** **08:30 do dia 11.06.2026.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** *Menor preço por lote*

**MODO DE DISPUTA:** *Aberto*

**EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** *Não*

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/\(transparência/licitação\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/(transparência/licitação)), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail [licitacaoclm@hotmail.com](mailto:licitacaoclm@hotmail.com).

#### ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 12 de maio de 2026.

---

Gean Carlos Barea Schneider  
*Pregoeiro*



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## Sumário

1. DO OBJETO .....	03
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	03 e 04
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	04 e 05
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	05 e 06
5. ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	06 a 08
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	08 e 09
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	09 e 10
8. DOS RECURSOS .....	10
9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO .....	10 e 11
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	11
11. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL .....	11
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	11 e 12
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	12
14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	12
15. CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIBRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO .....	12
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	12
17. CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL .....	13
18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO .....	13
19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	13
20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO .....	13 e 14
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	14
22. TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) .....	15 a 28
23. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I) .....	29 a 36
24. MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL(ANEXO II) .....	37
25. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III) .....	38
26. DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO .....	39
27. MINUTA DE CONTRATO (ANEXO V) .....	40 a 47



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026.**

**Processo Administrativo Nº 109/2026.**

**Solicitação Nº 115/2026.**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 385 de 11 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**Recebimento das propostas:** até às **08:15 do dia 11.06.2026.**

**Início da sessão de Disputa de Preços:** **08:30 do dia 11.06.2026.**

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

**Observação:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e também no Diário Oficial do Município.

### 1.DO OBJETO

**1.1.**A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada à administração pública, disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), hospedada em ambiente de computação em nuvem, contemplando recursos para tratamento e processamento dos dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos, com vistas à modernização administrativa do Município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 115/2026 e conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência/Anexo I.

**1.2.**O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

**1.2.1.Da justificativa:** A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Entretanto, a contratação será realizada em lote único, tendo em vista a natureza do objeto, em que todos os itens guardam relação entre si e possuem dependência técnica para sua execução. Outro fator determinante é a questão logística da execução dos serviços, tornando-se mais viável a execução por um único fornecedor.

**1.2.2.**Ainda, vislumbra-se que este tipo de julgamento trará maior economicidade, pois o fornecedor poderá ofertar melhor proposta no valor global do lote, não havendo prejuízo à competitividade, visto que os itens estão relacionados entre si e pertencem à mesma linha de fornecimento. Ademais, os itens foram agrupados a fim de melhor atender à gestão do Contrato pelo Município e, igualmente, reduzir custos operacionais. Além das razões citadas, inclui-se o fato de que alguns itens podem ser menos atrativos individualmente, correndo o risco de restarem desertos caso licitados separadamente.

**1.3.**Na proposta deverá constar o objeto de forma integral, sob pena de desclassificação da proponente.

**1.4.***Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.*

### 2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.**Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.**Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.**O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.**É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2.4.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.**

2.6.Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7.Não poderão disputar esta licitação:

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

#### **IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio:**

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XVI - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **XVIII - Sociedades cooperativas:**

XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

XVIII.2. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

### **3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1.Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.





**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**3.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**3.11.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- ✓ I - **Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo (se houver);**
  - I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT do Compras Governamentais e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.**
- ✓ II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;
- ✓ III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);
- ✓ IV - Prazo da entrega;
- ✓ V - Data, assinatura (s).

##### **4.1.1. Lembretes importantes:**

**1º - Ao anexar sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a**



fase de lances), porém quando for **lançar** sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$5,00 (cinco reais)** para o item nº 2; e de **R\$10,00 (dez reais)** para os itens nº 01 e 03.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



**5.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19.** Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentação;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.



**5.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1. Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.22.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º)

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** No caso de bens e serviços em geral, o indício de inexequibilidade das propostas só será considerado após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e





6.8.2.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9.Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1.Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2.Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.9.3.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 7.DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1.Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

**7.1.1.1. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.**

7.2.Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1.Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10.A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



7.11.A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.12.1.complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2.atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13.Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15.Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015)

## 8.DOS RECURSOS

8.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: [licitacao recursos@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao recursos@clm.pr.gov.br)

## 9.DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

9.1.Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou lote por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1.Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.1.2.Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: [licitacao@clm@hotmail.com](mailto:licitacao@clm@hotmail.com) e/ou [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3.A proposta deverá conter, além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo(se houver);
  - ✓ I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.
- ✓ II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).
- ✓ III - Prazo de fornecimento;
- ✓ IV - Prazo de validade da proposta;
- ✓ V - Data e assinatura (s).

9.1.4.O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

9.2.A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

9.3.O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.4.Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.5.É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

## 10.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1.O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado, conforme detalhadas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

## 11.DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1.A documentação de habilitação, constante no termo de referência, caso solicitada pelo pregoeiro, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2.Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: [licitacaoelm@hotmail.com](mailto:licitacaoelm@hotmail.com) e/ou [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

11.3.Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.4.Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

11.5.Os documentos apresentados, não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

## 12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1.Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2.A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br) E/OU [licitacaorecursos@clm.pr.gov.br](mailto:licitacaorecursos@clm.pr.gov.br).

12.2.1.As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacaorecursos@clm.pr.gov.br](mailto:licitacaorecursos@clm.pr.gov.br).

12.2.1.1. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e



de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.2.2. Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.4.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

**14.2.** Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.

**14.3.** Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

### **15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

### **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

- \* 146 - 05.001.04.123.1005.2126.3.3.90.39.00;
- \* 553 - 16.001.22.661.1012.2218.3.3.90.39.00;
- \* 7 - 02.001.04.122.1004.2101.3.3.90.39.00;
- \* 118 - 04.001.04.122.1009.2108.3.3.90.39.00;
- \* 309 - 08.001.13.392.1027.2200.3.3.90.39.00;
- \* 62 - 03.001.04.122.1004.2111.3.3.90.39.00;
- \* 288 - 07.001.27.812.1026.2156.3.3.90.39.00;
- \* 407 - 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.39.00;
- \* 513 - 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;
- \* 535 - 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00;
- \* 216 - 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.39.00;
- \* 333 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.39.00;
- \* 496 - 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.39.00;
- \* 208 - 06.006.12.361.1011.2144.3.3.90.39.00;
- \* 333 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.39.00;
- \* 471 - 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.





## **17.DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL**

**17.1.**As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1.Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**17.2.**O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis, após atestado/acusado o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

**17.3.**A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

**17.4.**Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

**17.5.**A contratação objeto desta licitação será vigente por até 12 (doze) meses, a partir da data do Termo Contratual.

**17.6.**Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

## **18.DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**18.1.**Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

## **19.DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**19.1.**Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**19.2.**A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**19.3.**Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**19.4.**A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**19.5.**A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**19.6.**Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

**19.7.**A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**19.8.**A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

## **20.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**20.1.**Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**20.2.**Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a)"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b)"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c)"prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de



representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d)“prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e)“prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (I) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## 21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

21.10.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br).

21.11.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
APENDICE DO ANEXO I	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declarações Unificadas
ANEXO IV	Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas
ANEXO V	Minuta do Contrato

Capitão Leônidas Marques - Pr, 12 de maio de 2026.

**GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER**

Pregoeiro



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026.**

**Processo Administrativo Nº 109/2026.**

**Solicitação Nº 115/2026.**

#### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. As especificações abordadas neste documento têm por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada à administração pública, disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), hospedada em ambiente de computação em nuvem, contemplando recursos para tratamento e processamento dos dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos, com vistas à modernização administrativa do Município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 115/2026 e conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Implantação da solução tecnológica, treinamento, acompanhamento inicial nas operações diárias dos servidores.	01	UN	R\$ 18.000,00		R\$ 18.000,00
2	Licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada para Administração Pública, disponibilizada no modelo software como serviço (SAAS) hospedada em nuvem, fornecendo recurso de tratamento dos dados obtidos através dos equipamentos instalados em veículos para prover a modernização administrativa deste Município.	12	Meses		R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
3	Solução tecnológica e eletrônica compatível com plataforma IOT para coleta de dados veiculares da Administração Pública	12	Meses		R\$ 10.500,00 (R\$ 75,00 - Por veículo)	R\$ 126.000,00
						<b>TOTAL R\$ 186.000,00</b>

1.2. TOTAL MÁXIMO DO CERTAME: R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

Obs.:

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail [licitacaoclm@hotmail.com](mailto:licitacaoclm@hotmail.com) e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$5,00 (cinco reais)** para o item nº 2; e de **R\$10,00(dez reais)** para os itens nº 01 e 03.

**NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.**

1.3. Serão instalados equipamentos em até 140 (cento e quarenta) veículos pertencentes à frota do Município de Capitão Leônidas Marques, podendo esse quantitativo ser ampliado ou reduzido, a critério da Administração.

1.4. Visto que não houve contratação anterior do objeto em questão, a estimativa de quantidades foi fundamentada no número de veículos atualmente disponíveis na frota da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR, considerando também a aquisição de novos veículos durante o ano de 2026.

1.5. Hoje, a frota de veículos pertencentes ao Município de Capitão Leônidas Marques conta com aproximadamente 140 veículos, com certames em andamento para a chegada de mais.

#### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A locação de um serviço de licença de uso de plataforma tecnológica integrada de gestão para a frota do Município de Capitão Leônidas Marques/PR não apenas atende à necessidade urgente de modernização e eficiência, mas também representa uma estratégia



fundamental para a otimização dos recursos públicos, a melhoria da segurança e a redução de custos operacionais.

**2.2.** Atualmente, o Município não conta com essa infraestrutura tecnológica, tornando imprescindível a implementação de uma solução completa para aprimorar o gerenciamento das solicitações de serviços recebidos voltada para prover a modernização administrativa deste Município.

**2.3.** A frota do Município é composta exclusivamente por veículos próprios. Atualmente, os veículos são monitorados por sistemas básicos, como aqueles voltados à gestão de combustíveis e ao controle de peças e manutenção, os quais, embora atendam parcialmente às necessidades operacionais, não se mostram suficientes para uma gestão integrada, eficaz e estratégica. Isso porque tais sistemas não abrangem dados essenciais, tais como o comportamento dos motoristas, padrões de condução, controle integrado de rotas, tempo de utilização dos veículos, bem como a correlação entre consumo de combustível, desgaste de peças e necessidade de manutenção preventiva. A ausência dessa integração e de informações mais detalhadas compromete a eficiência do controle operacional, resultando em uma gestão fragmentada e dificultando a tomada de decisões pela Administração Pública.

**2.4.** A adoção de um sistema avançado tem mostrado resultados positivos em empresas privadas que implementaram essa tecnologia e que podem ser utilizadas em órgãos públicos. Estudos indicam que, em média, os custos com combustível podem ser reduzidos em até 25%. Isso se deve à otimização das rotas e à redução de comportamentos que geram desperdício de combustível, como paradas excessivas e desvios não planejados. Além disso, o monitoramento do comportamento dos motoristas permite identificar práticas inadequadas, como acelerações bruscas ou excessos de velocidade, que impactam diretamente no consumo de combustível.

**2.5.** Além da economia com combustível, a implementação de sistemas avançados de rastreamento melhora a gestão de manutenção dos veículos, reduzindo custos com reparos emergenciais. O monitoramento em tempo real do desempenho dos veículos permite a antecipação de problemas mecânicos, possibilitando uma manutenção preventiva mais eficaz e evitando falhas graves e dispendiosas. Empresas/entidades que adotam essa tecnologia para gestão de manutenção podem reduzir até 25% os custos com reparos não planejados e diminuem o tempo de inatividade dos veículos, aumentando a produtividade e a eficiência operacional. Esses dados demonstram que a adoção de um sistema especializado não só melhora a segurança e o controle da frota, mas também gera ganhos econômicos, seja pela economia com combustível, seja pela otimização da manutenção e redução de custos operacionais. Órgãos que implementam essas soluções conseguem tomar decisões mais estratégicas e assertivas, maximizando a eficiência da frota e aproveitando melhor os recursos.

**2.6.** Outro ponto essencial é a integração do sistema com a gestão da manutenção preventiva. A coleta de dados detalhados sobre o uso de cada veículo permitirá à administração programar e realizar manutenções preventivas de forma mais eficiente, evitando custos elevados com reparos emergenciais e prolongando a vida útil dos veículos. A integração contribuirá também para a redução do tempo de inatividade dos veículos, aumentando a disponibilidade para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e, consequentemente, proporcionando um serviço melhor à população.

**2.7.** A solução especializada também possibilitará a geração de relatórios analíticos e indicadores de desempenho, fundamentais para uma gestão estratégica orientada por dados. Esses relatórios facilitarão a tomada de decisões informadas, como ajustes operacionais, otimização de rotas, planejamento de novas aquisições ou ajustes nas políticas de segurança e comportamento dos motoristas. Com o acesso a informações detalhadas em tempo real, a administração poderá agir de forma proativa, evitando problemas antes que se tornem críticos, resultando em uma gestão de frota mais eficiente e alinhada com as melhores práticas de administração pública.

**2.8.** Assim, a aquisição de um sistema especializado representa não apenas uma questão de eficiência operacional, mas também uma estratégia de segurança fiscal. A redução de custos operacionais, como o controle total do consumo de combustível, a otimização das rotas e a prevenção de manutenções emergenciais, contribuirá para uma gestão fiscal mais responsável e sustentável, minimizando os riscos de danos financeiros devido à ineficiência e ao uso inadequado dos recursos públicos.

**2.9.** Por fim, a contratação de serviços especializados de um serviço de licença de uso de plataforma tecnológica integrada de gestão é essencial para a melhoria da gestão da frota deste Município. Com essa medida, a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques atenderá não só às necessidades operacionais das Secretarias Municipais, mas também promoverá uma gestão pública mais eficiente, segura e responsável, resultando em benefícios diretos à população e à preservação do patrimônio público.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Administração Pública Municipal tem a competência de planejamento, coordenação e controle de procedimentos de compras centralizadas de serviços e materiais de uso comum para atendimento às demandas de todas as secretarias.

**3.2.** A Contratação de empresa para fornecimento de serviço de licença de uso de plataforma tecnológica integrada de gestão, totalmente orientada para administração pública, disponibilizada no modelo software como serviço (SaaS) hospedada em nuvem, para gestão e tratamento de dados obtidos através de dispositivos coletores instalados em veículos e gerenciamento das solicitações de serviços recebidos voltada para prover a modernização administrativa deste Município, conforme este Termo de Referência. Com o objetivo de otimizar a utilização dos veículos, esta iniciativa visa garantir maior eficiência operacional, segurança e um controle mais rigoroso dos custos envolvidos na operação da frota. Ao adotar essa solução tecnológica, busca-se não apenas melhorar o acompanhamento das rotas percorridas pelos veículos, mas também possibilitar a identificação e prevenção de situações adversas, como roubos, furtos, acidentes, infrações e multas de trânsito, mitigando assim perdas financeiras e danos ao patrimônio público.

**3.3.** Além dos benefícios imediatos na área de segurança, o sistema de rastreamento permitirá um controle de custos mais eficiente,





promovendo a integração entre a localização e a rastreabilidade dos veículos. Esse aprimoramento na gestão contribuirá diretamente para o aumento da produtividade e da eficiência na fiscalização da frota, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira mais racional e eficiente.

**3.4.** A frota do Município de Capitão Leônidas Marques, composta por veículos próprios, demanda uma solução que vá além das funcionalidades limitadas oferecidas pelos sistemas voltados à gestão de combustíveis e ao controle de peças e manutenção. Embora esses sistemas proporcionem o monitoramento em tempo real e o histórico de abastecimento e manutenção, eles não incluem funcionalidades essenciais para uma gestão mais eficaz da frota, como o controle do comportamento dos motoristas, a análise do consumo de combustível e a integração com a gestão de manutenção preventiva dos veículos. Essas lacunas dificultam a implementação de uma gestão estratégica e a tomada de decisões que contribuam para a melhoria contínua da frota.

**3.5.** Com base nisso, a Prefeitura opta pela contratação de uma empresa especializada que forneça os equipamentos de plataforma tecnológica integrada com a gestão em comodato, garantindo a utilização contínua e atualizada dos aparelhos sem a necessidade de aquisição dos mesmos. A empresa também deverá fornecer acesso ao software via WEB, permitindo que a gestão da frota seja realizada de maneira eficiente e integrada. Além disso, a CONTRATADA será responsável pela assistência técnica, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, e pela substituição dos aparelhos em caso de falhas ou necessidade de atualização.

**3.6.** Ao optar por essa solução, a Prefeitura terá acesso a um sistema de gestão mais avançado e abrangente. O sistema especializado permitirá o monitoramento detalhado do comportamento dos motoristas, o controle preciso do consumo de combustível e a integração com a manutenção preventiva, garantindo que os veículos operem de maneira otimizada e com menor risco de falhas mecânicas. Adicionalmente, a geração de relatórios analíticos detalhados proporcionará dados valiosos para a tomada de decisões estratégicas, auxiliando na redução de custos operacionais, no aumento da segurança e na promoção da sustentabilidade das operações da frota.

**3.7.** Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada, com fornecimento dos equipamentos em comodato, acesso ao software via WEB e assistência técnica garantida, é plenamente justificada pela necessidade de um sistema de gestão robusto, capaz de fornecer uma gestão de frota mais eficiente, segura e econômica, alinhada com as melhores práticas de administração pública. O serviço especializado contribuirá diretamente para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos, resultando em uma frota mais bem administrada, com custos reduzidos e maior eficiência operacional.

**3.8.** A contratação de serviços de plataforma tecnológica integrada de gestão veicular exige uma análise criteriosa das modalidades licitatórias disponíveis. Após estudo das alternativas, optamos pela contratação por meio de Pregão Eletrônico como a melhor opção para atender às necessidades do Município.

**3.9.** A presente licitação está alinhada de acordo com as necessidades do Município, detalhando sua necessidade a ser contratada.

**3.10.** Não foram identificados casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens a serem contratados são considerados comuns.

**3.11.** Considerando a realização de pesquisa de preços e a natureza do objeto, a contratação por meio de Pregão Eletrônico mostra-se a alternativa mais adequada, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo a economicidade, eficiência e competitividade.

#### **4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**4.1.** O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de serviço de licença de uso de plataforma tecnológica integrada de gestão, pois envolve a utilização de tecnologias, como dispositivos de GPS e softwares de monitoramento, para fornecer dados contínuos sobre a localização dos veículos. Embora a instalação dos dispositivos, como os aparelhos de GPS, possa ser considerada como o fornecimento de bens, o cerne do contrato é a prestação contínua de serviços. Isso ocorre porque, após a instalação, o serviço envolve a operação do sistema, a manutenção dos dados e a análise constante das informações fornecidas, sem a entrega de um bem físico permanente. Portanto, o sistema de rastreamento de veículos configura-se principalmente como uma prestação de serviços continuados, visto que a principal atividade CONTRATADA e fornecida é a operação e manutenção do sistema de monitoramento, não a entrega de bens materiais.

**4.2.** A garantia dos objetos será de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, art.26, e conforme caso dos seguintes defeitos no ato da entrega/instalação: falhas de funcionamento ou instalação, após análise do material pelo fiscal deste contrato, o objeto deverá ser substituído/reparado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**4.3.** O prazo para entrega do objeto após a solicitação do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas, mediante Solicitação de Fornecimento, deverá ser de no máximo **30 (trinta) dias corridos**.

**4.4.** Os itens deverão ser entregues no endereço: Avenida Tancredo Neves, 502, bairro Centro em Capitão Leônidas Marques/PR, sendo responsável pelo recebimento o Departamento de Controle e Fiscalização de Frotas, ou por servidor designado pela administração.

**4.5.** A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em partes, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Termo de



Referência e seus anexos.

## 5. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIA TÉCNICAS

### 5.1. Requisitos Da Plataforma:

**5.1.1.** Deve possuir certificado de segurança digital (SSL) nas requisições que serão feitas entre o cliente e o servidor através do Protocolo HTTP (Hyper Text Transfer Protocol);

**5.1.2.** Deve possuir banco de dados para armazenamento das informações;

**5.1.3.** Deve possuir rotinas de backup para armazenamento dos dados salvos ao menos uma vez ao dia;

**5.1.4.** Deve ser desenvolvido em linguagem de programação compatível com ambiente web, permitindo a interação com o usuário pelos principais browsers em suas versões mais atuais: Chrome, Firefox e Microsoft Edge; incluindo os dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc.);

**5.1.5.** Deve ter um layout responsivo, ou seja, deve se ajustar ao tamanho da tela em que está sendo exibido;

**5.1.6.** Através de um navegador web (Chrome, Firefox, Microsoft Edge, etc.) deve ser possível realizar todas as ações e utilizar todas as funcionalidades que o sistema oferece;

**5.1.7.** Deve possuir interface web para que seja possível realizar todas as ações necessárias para a administração do sistema, incluindo a definição de parâmetros, criação e gerenciamento de usuários;

**5.1.8.** Deve ser de fácil utilização, oferecendo uma interface gráfica amigável, não deixando dúvidas quanto às suas funcionalidades;

**5.1.9.** Deve ser possível customizar a logo marca e dados gerais da CONTRATANTE, para que esses sejam utilizados em cabeçalhos de relatórios;

**5.1.10.** Deve realizar o registro e disponibilizar para consulta em tela através da plataforma o registro de log de todas as ações (inserção, modificação e exclusão de dados) realizadas com informações do usuário que realizou a ação com data e hora;

**5.1.11.** A entrada na plataforma pelos usuários da administração da CONTRATANTE deve ser controlada, exigindo que o usuário apresente suas credenciais para obter acesso. Para este fim, deve possuir como forma de autenticação: usuário e senha individual;

**5.1.12.** Deve permitir o cadastramento dos usuários que terão acesso ao sistema em, no mínimo, dois níveis; o de Administrador ou Gestor (com poderes de alteração, inclusão e exclusão) e de consulta (apenas com acesso a relatórios);

**5.1.13.** Deve possuir uma tela inicial na plataforma web fornecendo uma espécie de “dashboard”, com as principais informações relevantes da ferramenta;

**5.1.14.** Deve ser possível customizar o modo de utilização com modo claro e modo noturno.

### 5.2. Módulo Web

**5.2.1.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de fornecedores permitindo selecionar as operações suportadas;

**5.2.2.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de terminais móveis;

**5.2.3.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de produtos;

**5.2.4.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de segmentos;

**5.2.5.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de serviços;

**5.2.6.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de setores;

**5.2.7.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de veículos permitindo selecionar a qual setor o mesmo pertence;

**5.2.8.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de usuários;

**5.2.9.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de destinos;

**5.2.10.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de servidores;

**5.2.11.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de tag/cartão para os servidores permitindo selecionar os veículos autorizados;

**5.2.12.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de abastecimentos por veículo permitindo o controle do consumo de combustível e permitindo que o gestor identifique possíveis desperdícios ou desvios de combustível;

**5.2.13.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de requisições de abastecimentos por veículo permitindo o usuário selecionar o fornecedor e veículo;

**5.2.14.** Permitir inclusão de abastecimentos por fornecedor e por veículo através de terminais móveis localizados nos fornecedores de combustíveis credenciados;

**5.2.15.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de diário de bordo por veículo permitindo o registro de todos os horários relacionados à viagem, incluindo horários de saída, chegada, quilometragem ou hodômetro inicial e final, destino, motorista, entre outros, garantindo a precisão do diário de bordo.

**5.2.16.** Permitir enviar alertas para os motoristas lembrando-os de preencher corretamente o diário de bordo, garantindo que todas as informações necessárias sejam registradas caso o mesmo não venha informando os dados corretamente através da plataforma mobile;

**5.2.17.** Permitir armazenar e disponibilizar, de forma online e via web, relatórios gerenciais de controle de dos históricos de manutenção dos veículos;

**5.2.18.** Permitir autorizar para a realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da CONTRATANTE junto aos fornecedores;

**5.2.19.** Permitir emissão de relatórios gerenciais com histórico dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota;

**5.2.20.** Permitir que o gestor possa consultar e visualizar em tempo real onde encontra-se cada veículo no momento exibindo informações de ignição, habilitar âncora, posição GPS atual válida, controle de km rodado, tempo em condução, permitindo o controle de trajeto de veículos, alerta de excesso de velocidade, localização GPS via mapa em tempo real, detecção de veículo parado ou em



movimento, permitindo visualização de toda a frota, bloqueio eletrônico, leitura de ignição com identificação de motorista;

**5.2.21.** Permitir a visualização de veículo (s) em mapa georreferenciado, que possibilitem a identificação de ruas, avenidas e imagens via satélite;

**5.2.22.** Permitir visualizar a informação georreferencia no máximo a cada 02 minutos com veículo desligado e 15 segundos para veículo ligado;

**5.2.23.** Permitir utilização de função antifurto, possibilitando o desbloqueio apenas para motoristas autorizados;

**5.2.24.** Permitir o envio de comando de bloqueio imediato do veículo;

**5.2.25.** Permitir notificações conforme habilitação do servidor para casos de habilitação vencida e categorias incompatível com o veículo que está conduzindo;

**5.2.26.** Permitir que o gestor possa monitorar a velocidade dos veículos, permitindo verificar se os motoristas estão cumprindo os limites de velocidade;

**5.2.27.** Permitir que o gestor possa cadastrar regras para áreas específicas, com tolerância de horários e velocidade permitindo notificações de violações;

**5.2.28.** Permitir que o gestor possa identificar as distâncias percorridas por cada veículo/deslocamento efetuado/trecho percorrido;

**5.2.29.** Permitir consultar/visualizar os dados que serão utilizados para gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

**5.2.30.** Permitir emissão dos arquivos nos layouts do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo esses arquivos: Hodômetro/Horímetro, Tipo Medidor, Consumo Combustível, Estorno Consumo Combustível, Entrada Extra Combustível, Saída Extra Combustível, Estoque Combustível;

**5.2.31.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos lançamentos de manutenção de veículos;

**5.2.32.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos lançamentos de abastecimentos;

**5.2.33.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos lançamentos de diário de bordo;

**5.2.34.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos dados GPS de rotas obtidos pela plataforma IoT;

**5.2.35.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base em excesso de velocidade, uso fora do horário de expediente e/ou fim de semanas/feriados e veículo ligado e parado por mais de 05 (cinco) minutos;

**5.2.36.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base sobre o tempo ocioso;

**5.2.37.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nas CNH dos motoristas;

**5.2.38.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nas manutenções dos veículos;

**5.2.39.** Permitir visualizar gráficos de manutenção de veículos com renderização em formato de barras;

**5.2.40.** Permitir visualizar gráficos de manutenção de veículos com renderização em formato de pizza;

**5.2.41.** Permitir visualizar gráficos de abastecimentos com renderização em formato de barras;

**5.2.42.** Permitir visualizar gráficos de abastecimentos com renderização em formato de pizza;

**5.2.43.** Permitir visualizar gráficos de diário de bordo com renderização em formato de barras;

**5.2.44.** Permitir visualizar gráficos de diário de bordo com renderização em formato de pizza;

**5.2.45.** Solução POS;

**5.2.46.** Permitir que o usuário faça login através dos dados cadastrados no cadastro de fornecedores;

**5.2.47.** Permitir que o usuário consulte as requisições de combustíveis disponíveis no geral;

**5.2.48.** Permitir que o usuário consulte as requisições de combustíveis disponíveis por placa do veículo ou outro identificador utilizado pela **CONTRATANTE**;

**5.2.49.** Permitir que o usuário efetue o lançamento de abastecimento para a requisição selecionada, informando a matrícula do motorista, hodômetro/Horímetro atual do veículo, total de litros abastecido e tipo de combustível utilizado;

**5.2.50.** Permitir que o usuário emita um comprovante de abastecimento com todos os respectivos dados do abastecimento.

### **5.3. Solução De Gestão De Infrações De Trânsito**

**5.3.1.** Deverá permitir a inclusão, edição e exclusão de placa e número do RENAVAM no cadastro de veículos;

**5.3.2.** Deverá permitir a inclusão, edição e exclusão do número da CNH, categoria e data de validade no cadastro de motoristas;

**5.3.3.** Deverá permitir a identificação do condutor responsável pelo veículo em determinado período, possibilitando a verificação de quem estava na posse do veículo na data e hora da infração;

**5.3.4.** Deverá permitir a importação automática, via API, das informações referentes a infrações de trânsito junto ao DETRAN;

**5.3.5.** Deverá permitir o upload de documentos vinculados a cada registro de infração, tais como notificações, evidências, imagens, boletos e comprovantes;

**5.3.6.** Deverá permitir a realização de correspondência automática (match) entre infração, veículo e condutor, com base na escala de utilização do veículo na data e horário da ocorrência.

### **5.4. Solução Mobile:**

**5.4.1.** A plataforma deverá ser baixada em sua respectiva loja de aplicativos: AppleStore e GooglePlay;

**5.4.2.** Disponibilizar a plataforma para acesso público onde motoristas possam realizar seu cadastro;

**5.4.3.** Permitir que o motorista possa redefinir sua senha;

**5.4.4.** Permitir que o motorista visualize todos os veículos que lhe foi concebido acesso;

**5.4.5.** Permitir que o motorista faça a identificação de condutor ao utilizar um veículo com método de check-in e check-out para registro do diário de bordo automatizado;

**5.4.6.** Permitir que o motorista faça o registro de abastecimento do veículo informando o veículo, a data e hora,





quilometragem ou hodômetro atual, o combustível abastecido, a quantidade de litros e fornecedor;

**5.4.7.** Permitir que ainda no ato de lançamento do abastecimento via plataforma mobile, o motorista envie a foto do ticket (nota fiscal) do abastecimento e a foto do hodômetro do veículo.

## **5.5. Solução Eletrônica IOT:**

**5.5.1.** Cada dispositivo deve ser composto por, no mínimo 01 (um) microprocessador de dados de, ao menos, 32 bits e 126 MHz; 01 (um) receptor de sinal GPS (Global Position System) de alta sensibilidade; 01 (um) receptor 4G; 01 (um) identificador de condutor via TAG/cartão RFID; 01 (um) sensor de ignição; 01 (uma) bateria interna com autonomia mínima de 72 (setenta e duas) horas;

**5.5.2.** O dispositivo deve ser aprovado/homologado pela ANATEL;

**5.5.3.** O dispositivo deve permitir fazer a configuração através de SMS ou cabo USB conectado a um computador;

**5.5.4.** O dispositivo deve permitir fazer a configuração de IP ou URL do servidor de destino para envio de informações;

**5.5.5.** O dispositivo deve permitir fazer a leitura de todas as informações de localização, movimentação, hora, direção e velocidade do veículo em tempo real;

**5.5.6.** O dispositivo deve permitir fazer a leitura da situação de ignição do veículo (desligada/ligada);

**5.5.7.** O dispositivo deve permitir fazer a leitura de posicionamento, no máximo, a cada 30 (trinta) segundos quando a ignição estiver ligada e a cada 15 (quinze) minutos quando a ignição estiver desligada;

**5.5.8.** O dispositivo deve permitir a identificação de motorista via um identificador TAG/cartão RFID, quando o motorista aproxima a TAG/cartão do leitor ele é identificado e o leitor envia essa informação para o rastreador do veículo que posteriormente, enviará para a plataforma de gestão a identificação do motorista juntamente com os dados de posição e velocidade do veículo. A TAG/cartão será disponibilizada pela CONTRATADA e não haverá custo adicional para sua reposição em razão de troca ou perda.

## **5.6. O Dispositivo Deve Permitir Os Tipos De Bloqueio:**

**5.6.1.** Livre: somente sendo necessária a identificação do motorista;

**5.6.2.** Bloqueio: o veículo será acionado apenas para condutores previamente cadastrados para o veículo em específico.

## **5.7. O Dispositivo Deve Permitir O Desbloqueio Por Aproximação Sem Necessidade De Contato Com O Módulo:**

**5.7.1.** A ignição só deverá ser liberada após a identificação do motorista;

**5.7.2.** Deverá ser instalado no interior do veículo, no painel próximo ao volante;

**5.7.3.** Deverá ser intransferível entre veículos e ter identificador único.

**5.7.4.** Solução autuação de trânsito;

**5.7.5.** - Deverá permitir a inclusão/edição/exclusão de placa e número do Renavam no cadastro de veículos;

**5.7.6.** - Deverá permitir a inclusão/edição/exclusão de número da CNH, categoria e data de validade da mesma no cadastro de motoristas;

**5.7.7.** - Deverá permitir identificar o condutor ao veículo por período (quem estava com o carro no dia/hora da infração);

**5.7.8.** - Deverá permitir a importação automática via API das informações referente a multas através do DETRAN;

**5.7.9.** - Deverá permitir o upload de documentos em cada registro de multa (notificação, evidências, foto, boleto, comprovante, etc);

**5.7.10.** - Deverá permitir o sistema realizar um match automático de multa com veículo/conductor (pela escala/uso do veículo na data/hora);

**5.7.11.** - Deverá permitir cadastrar regras de responsabilização configuráveis;

**5.7.12.** - Deverá permitir a emissão de Termo de ciência do condutor;

**5.7.13.** - Deverá permitir o envio de alertas para prazo de desconto (quando existe), prazo de indicação do condutor, prazo de recurso/defesa, vencimento do boleto;

**5.7.14.** - Deverá permitir o envio de alertas através de notificações por e-mail e painel de "pendências críticas";

**5.7.15.** - Deverá permitir a emissão de relatórios de Multas por: veículo, condutor, tipo, rota, horário e setor;

**5.7.16.** - Deverá permitir a customização de processos administrativos conforme lei Municipal.

**5.8.** A CONTRATADA deverá manter todo armazenamento dos dados por no mínimo 02 (dois) anos.

**5.9.** Dispor no sistema de, no mínimo, acesso imediato a relatórios de posições dos últimos 06 (seis) meses. Caso a CONTRATANTE necessite de relatórios de posições anteriores, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para enviar nos moldes solicitados pela CONTRATANTE;

**5.9.1.** Disponibilizar a cada 03 (três) meses, cópia de segurança dos dados do rastreamento em formato eletrônico para a CONTRATANTE, sem ônus adicional, no formato solicitado pela mesma;

**5.9.2.** Cada dispositivo e componente deverá ser instalado em total conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência e apresentar-se em perfeitas condições de uso;

**5.9.3.** A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra especializada para a instalação dos equipamentos, sem custos à CONTRATANTE;

**5.9.4.** Caso algum dispositivo venha a sofrer danos em decorrência de sinistro, falha técnica ou defeito do próprio equipamento, a manutenção deverá ser realizada por técnicos pertencentes à rede autorizada da CONTRATADA, sem custos adicionais à CONTRATANTE;

**5.9.5.** Caso algum veículo com o dispositivo instalado sofrerem algum tipo de sinistro e/ou reparo que possa interferir no perfeito funcionamento da solução multiplataforma, a CONTRATADA deverá realizar vistoria do equipamento, após solicitação expressa da CONTRATANTE;





**5.9.6.** Caso ocorra a necessidade de reinstalação do dispositivo, ou seja, desinstalação do equipamento e reinstalação em outro veículo, o serviço deverá ser realizado por técnicos pertencentes à rede autorizada da CONTRATADA, sem custos adicionais à CONTRATANTE;

**5.9.7.** Não será pago, pelo CONTRATANTE, nenhuma outra taxa ou custo adicional referente aos serviços, tampouco despesas com deslocamento, alimentação e estadia de pessoal técnico;

**5.9.8.** A retirada dos dispositivos após eventual rescisão ou término do contrato será de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

## **6. PRAZO DA LICENÇA DE USO – EXECUÇÃO**

**6.1.** A locação do Sistema se dará pelo prazo de 12 (doze) meses, devendo ser garantida a ampla e irrestrita utilização de forma contínua e ininterrupta, a todo tempo, de todos os módulos do SISTEMA, obedecido o cronograma de implantação.

**6.2.** Os serviços de implantação do sistema deverão contemplar instalação, configuração e treinamento, estes serviços deverão ser realizados conforme demanda do CONTRATANTE, conforme cronograma.

**6.3.** Caso a contratada não seja a atual fornecedora, ou no caso de novo sistema ou novos módulos, deverá ser realizado treinamento e capacitação iniciais, durante a fase de implantação, para dar condições aos servidores de operar o novo sistema.

## **7. LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO**

### **7.1. Sistema Informatizado:**

**7.1.1.** A locação da Licença de Direito de Uso do Sistema, compreende o uso sem restrição das funcionalidades, e de todos os módulos sem limitação do número de usuários.

**7.1.2.** Nas hipóteses de término da vigência do contrato ou sua rescisão por qualquer motivo, os módulos do SISTEMA ficarão disponíveis em modo consulta por prazo indeterminado e a CONTRATADA fica obrigada a fornecer os dados em formato .XML ou .TXT salvo em mídia do tipo CD- ROM ou pendrive em no máximo três dias.

### **7.2. Serviços Técnicos, Instalação, Configuração E Parametrização Do Sistema Informatizado:**

**7.2.1.** A implantação compreende em configurar o acesso do SISTEMA em todos os computadores que o CONTRATANTE determinar.

**7.2.2.** A configuração e parametrização visam à carga de todos os parâmetros inerentes aos processos em uso pelo Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas do Município de Capitão Leônidas Marques- PR, e que atendam a Legislação Federal.

### **7.3. Capacitação Inicial:**

**7.3.1.** Compreende a realização de capacitação de toda a equipe de usuários responsáveis pela operacionalização de todos os módulos adquiridos.

**7.3.2.** Ao final da capacitação inicial, os servidores do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas do Município de Capitão Leônidas Marques - PR, envolvidos no projeto, deverão ter pleno domínio da tecnologia adotada para a solução, estando aptos a executar atividades como: operação, validação, testes, controle de qualidade, entre outros.

## **8. ASPECTOS GERAIS DA CAPACITAÇÃO**

### **8.1. Nível De Treinamento:**

**8.1.1.** Os treinamentos poderão ocorrer em três níveis para cada um dos módulos: básico, avançado e técnico.

**8.1.1.1.** Treinamento Básico: Treinamento básico visa à operação e será disponibilizado a todos os usuários de cada módulo.

**8.1.1.2.** Treinamento Avançado: Treinamento avançado terá alcance para os gestores responsáveis de cada área atendida pelo SISTEMA INFORMATIZADO. Deverá possibilitar a realização de todas as configurações e parametrizações de cada módulo.

**8.1.1.3.** Treinamento Técnico: O treinamento técnico será voltado à equipe do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas do Município de Capitão Leônidas Marques-PR.

## **9. DO TREINAMENTO**

**9.1.** Os treinamentos serão realizados no auditório da Casa da Cultura do Município de Capitão Leônidas Marques - PR, em ambiente próprio, com a infraestrutura necessária.

**9.2.** A empresa fornecerá um treinamento presencial, sem custos adicionais, pelo período de até 08 (oito) horas.

**9.3.** O CONTRATANTE, caso entenda cabível, poderá dispensar o treinamento presencial, sendo substituído pelo remoto.

## **10. SUPORTE TÉCNICO**

**10.1.** A CONTRATADA deverá manter serviço de suporte técnico capacitado via telefone e chat on-line ilimitado emitindo protocolo de atendimento prestado em idioma português, disponível contato com os técnicos da sede do CONTRATANTE, em horário das 07h45min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

**10.2.** A CONTRATADA deverá manter link de acesso de serviço de suporte técnico via chat on-line ilimitado emitindo protocolo de



atendimento prestado, no site do CONTRATANTE.

**10.3.** Para chamados solicitados no canal online, a CONTRATADA deverá cumprir prazos para solução dos problemas, não podendo se estender para mais de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em casos e/ou situações que demandem suporte de outros setores (ex: implantação de novas funcionalidades específicas para o Município).

**10.4.** A CONTRATADA deverá possuir técnicos especialistas no MÓDULO/SISTEMA locado, para que possam atender o Município e sanar dúvidas de forma rápida e eficaz.

**10.5.** Nas visitas rotineiras ao Município, a proponente CONTRATADA deverá enviar profissionais que dominem todos os setores existentes no módulo/sistema locado. Caso alguma situação não seja resolvida, a vencedora deverá em até 05 (cinco) dias revolver o caso, repassando informações por meio do canal online ou telefone.

## **11. MANUTENÇÕES**

**11.1.** Compreende os serviços necessários para contratada manter o SISTEMA INFORMATIZADO locado sempre em perfeita operacionalização visando, garantir as características mínimas do sistema contratado.

**11.2.** A CONTRATADA deverá manter, em sua sede, equipe técnica alocada exclusivamente ao desenvolvimento e aprimoramento dos softwares, de novas versões e adequações às Legislações Estadual e Federal.

**11.3.** A Atualização do SISTEMA INFORMATIZADO poderá ocorrer em três níveis: manutenção corretiva, manutenção preventiva e manutenção personalizada.

**11.4.** O Corpo técnico e os usuários, quando necessário, emitirão parecer a respeito do serviço realizado.

**11.5.** A CONTRATADA deverá disponibilizar novas versões/atualizações para o SISTEMA INFORMATIZADO locado durante o prazo de contrato, sem ônus adicional.

**11.6.** A CONTRATADA deverá documentar previamente a coordenação da contratante sobre a atualização da nova versão para o SISTEMA INFORMATIZADO locado.

**11.7.** No caso de desconfigurações em massa na versão atualização do sistema, a CONTRATADA deverá encaminhar imediatamente a sede da CONTRATANTE um profissional para reorganizar as configurações sem custo adicional, cabendo a CONTRATADA notificar via ofício quando necessário.

**11.8.** Para todo o atendimento de Suporte Técnico que não puder ser solucionado no momento, o técnico da CONTRATADA deverá dar retorno no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para o usuário que solicitou o suporte, com a indicação da solução para o mesmo, ou fazendo o encaminhamento para uma das modalidades de Manutenção.

**11.9.** O atendimento de Suporte Técnico deverá ser a todos os profissionais usuários do SISTEMA INFORMATIZADO locado.

## **12. MANUAIS**

**12.1.** Todos os manuais relativos ao sistema aplicativo objeto desta licitação devem estar no idioma português.

**12.2.** A única exceção aplicável diz respeito à documentação relativa aos produtos básicos, que poderão opcionalmente estar no idioma inglês, tais como: banco de dados, produtos de comunicação, etc.

**12.3.** O sistema oferecido deve toda documentação, escrita no idioma português, em papel ou mídia eletrônica, os quais deverão ser entregues no final da implantação de cada módulo/sistema.

## **13. BACKUP**

**13.1.** O sistema deve possuir mecanismos que permitam a execução automática de cópias de segurança previamente agendadas.

**13.2.** O BACKUP é de responsabilidade da CONTRATADA, ficando em posse dela a cópia de segurança.

**13.3.** A cópia de segurança poderá ser solicitada pela CONTRATANTE a qualquer momento. Será necessário a empresa informar qual a forma de armazenamento das informações.

## **14. DOS QUANTITATIVOS E INSTALAÇÕES**

**14.1.** Serão instalados equipamentos em aproximadamente 140 (cento e quarenta) veículos pertencentes a frota do Município de Capitão Leônidas Marques, e a critério do CONTRATANTE o quantitativo poderá ser aumentado ou suprimido, conforme necessidade dentro dos limites estabelecidos na Lei.

**14.2.** As instalações dos módulos rastreadores nos veículos deverão ocorrer na sede do Pátio de Máquinas pertencente a CONTRATANTE, localizado na Rua Catanduvas, 575-621 (pátio de máquinas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura



do Contrato, e as atividades de instalação e cadastro dos veículos serão acompanhadas pelo fiscal do contrato.

**14.3.** Após a instalação dos módulos, a CONTRATADA deverá emitir atestado de instalação, assinado pelo funcionário responsável pela instalação e pelo fiscal do contrato.

**14.4.** No final da vigência do Contrato, os equipamentos deverão ser retirados pela CONTRATADA e recolhidos sem nenhum ônus para ao CONTRATANTE.

**14.5.** A CONTRATADA deverá dispor de uma central de atendimento, com escritório físico, telefone, e-mail e WhatsApp para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de seu pessoal operacional, bem como dar suporte técnico ao CONTRATANTE.

**14.6.** A empresa CONTRATADA deverá fornecer número telefônico fixo ou móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados, e ainda, um endereço eletrônico para eventuais comunicações.

**14.7.** A contratante poderá a qualquer momento, solicitar a transferência do Equipamento Rastreador de um veículo para outro imediatamente, onde os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA.

**14.8.** A contratada deverá agendar horário e dia da entrega através do telefone (45) 99906-6904 com o Servidor Alysson Christian Graciolli.

**14.9.** O prazo para a execução e entrega do objeto, instalação dos módulos e cadastramento dos veículos no sistema deverá ser realizado após assinatura do contrato, deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, devendo ser entregue em perfeito funcionamento.

**14.10.** Em caso de impossibilidade de entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

**14.11.** O objeto deverá ser entregue de acordo com o estipulado pelo CONTRATANTE.

**14.12.** Os objetos deverão ser entregues de acordo com os descritivos acima, os quais serão confirmados pelo Servidor Alysson Christian Graciolli.

**14.13.** A irregularidade praticada na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

## **15. DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA**

**15.1.** A CONTRATADA classificada provisoriamente em primeiro lugar, ainda antecedendo a adjudicação, deverá demonstrar as funcionalidades exigidas neste Termo de Referência – nos descritivos dos sistemas contidos neste termo de referência, para o respectivo sistema/módulo, na forma descrita nos itens seguintes:

**15.1.1.** A demonstração deverá ser realizada no dia subsequente da realização do certame, na sede do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas, acompanhada pela equipe técnica e pelo pregoeiro, registrada em ata. A homologação dos serviços fica condicionada à execução da demonstração técnica das funcionalidades do sistema.

**15.1.2.** A demonstração poderá ser concluída em 04 (quatro) horas, podendo ser remarcada nova data, a critério do Pregoeiro e Equipe de Apoio, para continuidade dos trabalhos, salvo situações excepcionais devidamente justificadas;

**15.1.3.** A demonstração deverá ser realizada em equipamentos e periféricos próprios da CONTRATADA;

**15.1.4.** Deverão estar presentes os membros da Licitação e representante do Setor solicitante durante a demonstração.

**15.1.5.** Para a demonstração serão avaliadas as funcionalidades descritas no TERMO DE REFERÊNCIA – Descritivo do Sistema;

**15.1.6.** A licitante deverá demonstrar o atendimento de 100% dos itens de cada módulo/sistema, o que não exime a mesma de atender à integralidade do TERMO DE REFERÊNCIA na implantação e durante toda a vigência da ata;

**15.1.7.** A licitante que não atingir o índice mínimo exigido de 100% será desclassificada, sendo convocada a próxima licitante conforme a classificação do certame;

**15.1.8.** As demais licitantes poderão ou não se fazer presentes na demonstração;

**15.1.9.** As demais licitantes presentes somente poderão manifestar-se ao final da demonstração, para que o tempo de demonstração não seja prejudicado, devendo constar em ata todas as manifestações e respectivas respostas, sendo vedada qualquer manifestação durante as apresentações.

## **16. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**16.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**16.2.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**16.3.** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;



**16.4.** É vedada a subcontratação parcial ou completa do contrato;

**16.5.** Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**16.6.** Arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do contrato, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;

**16.7.** Responsabilizar-se pelo adimplemento em dia de todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, indenizações e demais despesas com pessoal decorrente da execução do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício;

**16.8.** Responsabilizar-se pelo transporte, hospedagem, alimentação, deslocamentos e demais despesas com seus funcionários e prepostos na consecução e entrega do objeto;

**16.9.** Fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos da legislação;

**16.10.** Observar e fazer cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, documentação do operador responsável pelo equipamento prestador de serviços, conforme a legislação vigente, responsabilizando-se por todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais das pessoas empregadas direta ou indiretamente para a execução do contrato;

**16.11.** Manter o CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha a ser alegada em função da execução deste contrato;

**16.12.** Cumprir a legislação trabalhista, respondendo por quaisquer violações aos dispositivos;

**16.13.** Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

**16.14.** Arcar com a reparação dos danos causados ao CONTRATANTE ou à terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio;

**16.15.** Arcar com os eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive extrapatrimonial;

**16.16.** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, serviço (s) que não atenda (m) as especificações mínimas contidas no Termo de Referência;

**16.17.** Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;

**16.18.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

## **17. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**17.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o edital e proposta.

**17.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**17.3.** Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**17.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

**17.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente a parcela do serviço executado.

**17.6.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **18. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**18.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.





**18.2.** Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

**18.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **19.DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**19.1.** Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

19.1.1. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

19.1.2. **No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.**

19.1.3. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

19.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

**19.2.** Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

19.2.1. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

19.2.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br).

19.2.3. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

## **20.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**20.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**20.2.** A Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

**20.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

**20.4.** O Fiscal do Contrato irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

**20.5.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**20.6.** Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Alysson Christian Gracioli, Chefe de Departamento Controle e Fiscalização de Frotas, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

### **20.7. Gestor:**

Nome: Alysson Christian Gracioli
Cargo: Chefe de Departamento Controle e Fiscalização de Frotas
Matrícula: 124414/1
E-mail: <a href="mailto:frotas@clm.pr.gov.br">frotas@clm.pr.gov.br</a>

### **20.8. Fiscais:**

Nome: Patrícia Sinhoin Prates
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 124332/1
E-mail: <a href="mailto:frotas@clm.pr.gov.br">frotas@clm.pr.gov.br</a>

## **21.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO**

**21.1.** O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a execução do serviço, em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).



A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A nota fiscal deverá ser enviada física e por e-mail ([compras2@clm.pr.gov.br](mailto:compras2@clm.pr.gov.br)).

21.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

21.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

21.1.3. As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

21.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

21.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

21.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

## 22.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado.

22.1.1. Em caso de multa: A sanção será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

22.1.2. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.1.3. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## 23.DA HABILITAÇÃO

23.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

23.1.1. SICAF.

23.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

23.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

23.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

23.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

23.5. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

23.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial



da respectiva sede;

23.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

23.5.3. Em caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

23.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

23.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

23.5.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

23.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

23.6. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

23.6.1. Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.

23.7. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

23.7.1. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

23.7.2. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

23.7.3. *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

23.7.4. *Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.*

23.7.5. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

23.7.6. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

23.7.7. *Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

23.7.8. *Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;*

23.7.9. *Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.*

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

23.8. A documentação relativa à **REGULARIDADE TÉCNICA** consistirá em:

11.8.1. *Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível* em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada, comprovando que a empresa licitante forneceu serviços compatíveis com o objeto da contratação, de forma satisfatória, com nome legível do emitente, em papel timbrado ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ.

11.8.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.8.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.8.2. *Prova de Conceito:* será exigida **SOMENTE** para fins de contratação, nos termos do **item 15. do Termo de Referência**.

23.9. **Deverá apresentar ainda:**

23.9.1. **DECLARAÇÕES UNIFICADAS**, conforme modelo. (ANEXO III);

23.9.2. **IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**, conforme modelo. (ANEXO IV).

23.10. **ATENÇÃO:** O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

abril de 2018, NÃO SUBSTITUI os documentos exigidos no item 11.8 e 11.9.I.

23.10.1. **Neste caso anexar (IMPORTANTE):**

**I – Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados);**

**\* A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.**

**II – DECLARAÇÕES UNIFICADAS;**

**III – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TÉCNICA.**

**23.11. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.**

**23.12. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

**23.13. Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.**

**23.14. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.**

**23.15. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**

**23.16. O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.**

**23.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.**

**23.18. Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (NOVENTA) DIAS da data de sua emissão.**

**23.19. Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.**

**23.20. Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.**

## **24. CONSIDERAÇÕES**

**24.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.**

**24.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência do Contratante.**





## Apêndice do Anexo I

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026.**

**Processo Administrativo Nº 109/2026.**

**Solicitação Nº 115/2026.**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/2026**

**ÁREA REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

### 1. OBJETO:

**1.1.** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada à administração pública, disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), hospedada em ambiente de computação em nuvem, contemplando recursos para tratamento e processamento dos dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos, com vistas à modernização administrativa do Município de Capitão Leônidas Marques, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A contratação de solução tecnológica integrada para a gestão da frota do Município de Capitão Leônidas Marques/PR atende à necessidade de modernização administrativa, aumento da eficiência operacional e aprimoramento do controle dos recursos públicos, configurando-se como medida estratégica para redução de custos, melhoria da segurança e qualificação dos serviços prestados à população.

**2.2.** Atualmente, o Município não dispõe de infraestrutura tecnológica adequada para o gerenciamento integrado da frota, o que torna imprescindível a implantação de solução completa que permita o aprimoramento do controle operacional, da gestão de solicitações de serviços e da tomada de decisões baseada em dados, contribuindo diretamente para a modernização administrativa.

**2.3.** A limitação dos sistemas atualmente disponíveis compromete o controle efetivo da segurança da frota e da integridade dos veículos. A ausência de dados detalhados acerca da condução dos veículos pode ocasionar práticas inadequadas, elevando os custos operacionais, aumentando o risco de danos ao patrimônio público e comprometendo a segurança dos servidores. Ademais, inexistente abordagem preventiva eficaz para situações como furtos, roubos, acidentes ou infrações de trânsito.

**2.4.** A adoção de sistemas tecnológicos avançados de gestão de frotas tem demonstrado resultados positivos tanto na iniciativa privada quanto na administração pública, com potencial de redução de custos com combustível de até 25%, decorrente da otimização de rotas e da mitigação de práticas inadequadas de condução, como acelerações bruscas, desvios não autorizados e paradas excessivas.

**2.5.** Além disso, a utilização de solução especializada possibilita a melhoria da gestão de manutenção dos veículos, com redução de custos decorrentes de reparos emergenciais. O monitoramento contínuo permite a identificação precoce de falhas mecânicas, viabilizando a manutenção preventiva e reduzindo o tempo de indisponibilidade da frota, aumentando a eficiência operacional e a vida útil dos veículos.

**2.6.** A integração da solução com a gestão de manutenção preventiva permitirá o planejamento adequado das intervenções necessárias, contribuindo para a redução de custos e para a ampliação da disponibilidade dos veículos, especialmente para atendimento das demandas das Secretarias Municipais, com destaque para os serviços essenciais.

**2.7.** A solução permitirá, ainda, a geração de relatórios gerenciais, indicadores de desempenho e análises estratégicas, fundamentais para subsidiar a tomada de decisões, possibilitando ajustes operacionais, otimização de rotas, planejamento de aquisições e aprimoramento das políticas de uso da frota, promovendo maior eficiência administrativa.

**2.8.** No que tange à segurança, a solução possibilitará o monitoramento em tempo real da localização dos veículos, contribuindo para a rápida resposta em situações de risco, como furtos, roubos ou acidentes, além de permitir a identificação de comportamentos inadequados, viabilizando ações corretivas e preventivas.

**2.9.** Dessa forma, a contratação da solução tecnológica configura-se como medida essencial não apenas para a melhoria da eficiência operacional, mas também para o fortalecimento da responsabilidade fiscal, mediante a redução de custos, o uso racional dos recursos públicos e a mitigação de riscos financeiros decorrentes de ineficiências na gestão da frota.

**2.10.** Por fim, a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de plataforma tecnológica integrada de gestão de frotas é indispensável para o Município de Capitão Leônidas Marques, contribuindo para uma administração pública mais eficiente, transparente, segura e orientada por resultados, com benefícios diretos à população e à preservação do patrimônio público.

**2.11.** A presente contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e governança pública previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à modernização administrativa e melhoria da gestão de recursos públicos.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes no edital e em sua proposta, assumindo, com exclusividade, os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

**3.2.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.

**3.3.** A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, cópias atualizadas e autenticadas dos atos constitutivos e respectivas alterações.

**3.4.** A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer serviços, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pelo Município de Capitão Leônidas Marques.



**3.5.** A CONTRATADA deverá executar o objeto contratual em conformidade com as cláusulas pactuadas e a legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais falhas, inexecução total ou parcial.

**3.6.** A CONTRATADA responderá por todas as responsabilidades decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação civil e consumerista aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato, não havendo vínculo empregatício com o Município de Capitão Leônidas Marques.

**3.8.** A CONTRATADA deverá fornecer, quando aplicável, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), garantindo seu uso pelos colaboradores, em conformidade com a legislação vigente.

**3.9.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, responsabilizando-se por eventuais acidentes ou doenças ocupacionais.

**3.10.** A CONTRATADA deverá manter o Município de Capitão Leônidas Marques isento de quaisquer responsabilidades, inclusive de natureza judicial, administrativa ou financeira, decorrentes da execução do contrato.

**3.11.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente a legislação trabalhista vigente.

**3.12.** A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, documentos comprobatórios do cumprimento de suas obrigações legais e contratuais.

**3.13.** A CONTRATADA deverá reparar integralmente quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa de seus prepostos.

**3.14.** A CONTRATADA deverá responder por eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive de natureza extrapatrimonial.

**3.15.** A CONTRATADA deverá estruturar-se técnica e administrativamente de modo a garantir a execução eficiente do objeto contratado.

**3.16.** A CONTRATADA deverá manter equipe suficiente para assegurar a continuidade dos serviços, sem interrupções.

**3.17.** A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Município, atendendo prontamente às demandas apresentadas.

**3.18.** A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inadequada.

**3.19.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por danos ao patrimônio público decorrentes de ação ou omissão de seus colaboradores.

**3.20.** A CONTRATADA deverá garantir a identificação e padronização dos colaboradores, quando aplicável.

**3.21.** A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores estejam em conformidade com as exigências sanitárias e de saúde ocupacional.

## **3.22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**3.22.1.** Utilização de tecnologias com eficiência energética, priorizando equipamentos de baixo consumo;

**3.22.2.** Implementação de plano adequado de descarte de equipamentos ao final de sua vida útil;

**3.22.3.** Atendimento às normas ambientais vigentes, com foco em sustentabilidade e custo-benefício;

**3.22.4.** Será exigida prova de conceito ou teste de conformidade;

**3.22.5.** Não será permitida subcontratação.

## **3.23. GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO**

**3.23.1.** Não será exigida garantia contratual;

**3.23.2.** A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desacordo com as especificações técnicas.

## **3.24. DEMAIS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.24.1. Requisitos da Plataforma**

**3.24.1.1.** Deve possuir certificado de segurança digital (SSL) nas requisições que serão feitas entre o cliente e o servidor através do Protocolo HTTP (Hyper Text Transfer Protocol);

**3.24.1.2.** Deve possuir banco de dados para armazenamento das informações;

**3.24.1.3.** Deve possuir rotinas de backup para armazenamento dos dados salvos ao menos uma vez ao dia;

**3.24.1.4.** Deve ser desenvolvido em linguagem de programação compatível com ambiente web, permitindo a interação com o usuário pelos principais browsers em suas versões mais atuais: Chrome, Firefox e Microsoft Edge; incluindo os dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc.);

**3.24.1.5.** Deve ter um layout responsivo, ou seja, deve se ajustar ao tamanho da tela em que está sendo exibido;

**3.24.1.6.** Através de um navegador web (Chrome, Firefox, Microsoft Edge, etc.) deve ser possível realizar todas as ações e utilizar todas as funcionalidades que o sistema oferece;

**3.24.1.7.** Deve possuir interface web para que seja possível realizar todas as ações necessárias para a administração do sistema, incluindo a definição de parâmetros, criação e gerenciamento de usuários

**3.24.1.8.** Deve ser de fácil utilização, oferecendo uma interface gráfica amigável, não deixando dúvidas quanto às suas funcionalidades;

**3.24.1.9.** Deve ser possível customizar a logo marca e dados gerais do **ÓRGÃO GESTOR**, para que esses sejam utilizados em cabeçalhos de relatórios;

**3.24.1.10.** Deve realizar o registro e disponibilizar para consulta em tela através da plataforma o registro de log de todas as ações (inserção, modificação e exclusão de dados) realizadas com informações do usuário que realizou a ação com data e hora;

**3.24.1.11.** A entrada na plataforma pelos usuários da administração do **ÓRGÃO GESTOR** deve ser controlada, exigindo que o usuário apresente suas credenciais para obter acesso. Para este fim, deve possuir como forma de autenticação: usuário e senha individual;

**3.24.1.12.** Deve permitir o cadastramento dos usuários que terão acesso ao sistema em, no mínimo, dois níveis; o de Administrador ou Gestor (com poderes de alteração, inclusão e exclusão) e de consulta (apenas com acesso a relatórios);



**3.24.1.13.** Deve possuir uma tela inicial na plataforma web fornecendo uma espécie de “dashboard”, com as principais informações relevantes da ferramenta;

**3.24.1.14.** Deve ser possível customizar o modo de utilização com modo claro e modo noturno;

## **3.24.2. Módulo Web**

**3.24.2.1.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de fornecedores permitindo selecionar as operações suportadas;

**3.24.2.2.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de terminais móveis;

**3.24.2.3.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de produtos;

**3.24.2.4.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de segmentos;

**3.24.2.5.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de serviços;

**3.24.2.6.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de setores;

**3.24.2.7.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de veículos permitindo selecionar a qual setor o mesmo pertence;

**3.24.2.8.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de usuários;

**3.24.2.9.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de destinos;

**3.24.2.10.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de servidores;

**3.24.2.11.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de tags/cartão para os servidores permitindo selecionar os veículos autorizados;

**3.24.2.12.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de abastecimentos por veículo permitindo o controle do consumo de combustível e permitindo que o gestor identifique possíveis desperdícios ou desvios de combustível;

**3.24.2.13.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de requisições de abastecimentos por veículo permitindo o usuário selecionar o fornecedor e veículo;

**3.24.2.14.** Permitir inclusão de abastecimentos por fornecedor e por veículo através de terminais móveis localizados nos fornecedores de combustíveis credenciados;

**3.24.2.15.** Permitir inclusão/edição/consulta/exclusão de diário de bordo por veículo permitindo o registro de todos os horários relacionados à viagem, incluindo horários de saída, chegada, quilometragem ou hodômetro inicial e final, destino, motorista, entre outros, garantindo a precisão do diário de bordo.

**3.24.2.16.** Permitir enviar alertas para os motoristas lembrando-os de preencher corretamente o diário de bordo, garantindo que todas as informações necessárias sejam registradas caso o mesmo não venha informando os dados corretamente através da plataforma mobile;

**3.24.2.17.** Permitir armazenar e disponibilizar, de forma online e via web, relatórios gerenciais de controle dos históricos de manutenção dos veículos;

**3.24.2.18.** Permitir autorizar para a realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota do **ÓRGÃO GESTOR** junto aos fornecedores;

**3.24.2.19.** Permitir emissão de relatórios gerenciais com histórico dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota;

**3.24.2.20.** Permitir que o gestor possa consultar e visualizar em tempo real onde encontra-se cada veículo no momento exibindo informações de ignição, habilitar âncora, posição GPS atual válida, controle de km rodado, tempo em condução, permitindo o controle de trajeto de veículos, alerta de excesso de velocidade, localização GPS via mapa em tempo real, detecção de veículo parado ou em movimento, permitindo visualização de toda a frota, bloqueio eletrônico, leitura de ignição com identificação de motorista;

**3.24.2.21.** Permitir a visualização de veículo (s) em mapa georreferenciado, que possibilitem a identificação de ruas, avenidas e imagens via satélite;

**3.24.2.22.** Permitir visualizar a informação georreferencia no máximo a cada 02 minutos com veículo desligado e 15 segundos para veículo ligado;

**3.24.2.23.** Permitir utilização de função antifurto, possibilitando o desbloqueio apenas para motoristas autorizados;

**3.24.2.24.** Permitir o envio de comando de bloqueio imediato do veículo;

**3.24.2.25.** Permitir notificações conforme habilitação do servidor para casos de habilitação vencida e categorias incompatíveis com o veículo que está conduzindo;

**3.24.2.26.** Permitir que o gestor possa monitorar a velocidade dos veículos, permitindo verificar se os motoristas estão cumprindo os limites de velocidade;

**3.24.2.27.** Permitir que o gestor possa cadastrar regras para áreas específicas, com tolerância de horários e velocidade permitindo notificações de violações;

**3.24.2.28.** Permitir que o gestor possa identificar as distâncias percorridas por cada veículo/deslocamento efetuado/trecho percorrido;

**3.24.2.29.** Permitir consultar/visualizar os dados que serão utilizados para gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

**3.24.2.30.** Permitir emissão dos arquivos nos layouts do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo esses arquivos: Hodômetro/Horímetro, Tipo Medidor, Consumo Combustível, Estorno Consumo Combustível, Entrada Extra Combustível, Saída Extra Combustível, Estoque Combustível;

**3.24.2.31.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos lançamentos de manutenção de veículos;

**3.24.2.32.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos lançamentos de abastecimentos;

**3.24.2.33.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos lançamentos de diário de bordo;

**3.24.2.34.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nos dados GPS de rotas obtidos pela plataforma IoT;

**3.24.2.35.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base em excesso de velocidade, uso fora do horário de expediente e/ou fim de semanas/feriados e veículo ligado e parado por mais de 05 (cinco) minutos;

**3.24.2.36.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base sobre o tempo ocioso dos veículos;

**3.24.2.37.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nas CNH dos motoristas;

**3.24.2.38.** Permitir emissão de relatórios em formato PDF com base nas manutenções dos veículos;

**3.24.2.39.** Permitir visualizar gráficos de manutenção de veículos com renderização em formato de barras;

**3.24.2.40.** Permitir visualizar gráficos de manutenção de veículos com renderização em formato de pizza;





- 3.24.2.41. Permitir visualizar gráficos de abastecimentos com renderização em formato de barras;
- 3.24.2.42. Permitir visualizar gráficos de abastecimentos com renderização em formato de pizza;
- 3.24.2.43. Permitir visualizar gráficos de diário de bordo com renderização em formato de barras;
- 3.24.2.44. Permitir visualizar gráficos de diário de bordo com renderização em formato de pizza;
- 3.24.2.45. Solução de Gestão de Infrações de Trânsito**
- 3.24.2.45.1. Deverá permitir a inclusão, edição e exclusão de placa e número do RENAVAL no cadastro de veículos;
- 3.24.2.45.2. Deverá permitir a inclusão, edição e exclusão do número da CNH, categoria e data de validade no cadastro de motoristas;
- 3.24.2.45.3. Deverá permitir a identificação do condutor responsável pelo veículo em determinado período, possibilitando a verificação de quem estava na posse do veículo na data e hora da infração;
- 3.24.2.45.4. Deverá permitir a importação automática, via API, das informações referentes a infrações de trânsito junto ao DETRAN;
- 3.24.2.45.5. Deverá permitir o upload de documentos vinculados a cada registro de infração, tais como notificações, evidências, imagens, boletos e comprovantes;
- 3.24.2.45.6. Deverá permitir a realização de correspondência automática (match) entre infração, veículo e condutor, com base na escala de utilização do veículo na data e horário da ocorrência;
- 3.24.2.45.7. Deverá permitir o cadastro de regras de responsabilização configuráveis, conforme normativas internas do Município;
- 3.24.2.45.8. Deverá permitir a emissão de termo de ciência do condutor referente à infração;
- 3.24.2.45.9. Deverá permitir o envio de alertas quanto a prazos relevantes, incluindo prazo para desconto, indicação de condutor, apresentação de defesa/recurso e vencimento de boletos;
- 3.24.2.45.10. Deverá permitir o envio de notificações por e-mail e disponibilização em painel de pendências críticas;
- 3.24.2.45.11. Deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais de infrações por veículo, condutor, tipo de infração, rota, horário e setor;
- 3.24.2.45.12. Deverá permitir a customização de fluxos e processos administrativos conforme legislação municipal vigente.
- 3.24.3. Solução POS**
- 3.24.3.1. Permitir que o usuário faça login através dos dados cadastrados no cadastro de fornecedores;
- 3.24.3.2. Permitir que o usuário consulte as requisições de combustíveis disponíveis no geral;
- 3.24.3.3. Permitir que o usuário consulte as requisições de combustíveis disponíveis por placa do veículo ou outro identificador utilizado pela **ÓRGÃO GESTOR**;
- 3.24.3.4. Permitir que o usuário efetue o lançamento de abastecimento para a requisição selecionada, informando a matrícula do motorista, hodômetro/Horímetro atual do veículo, total de litros abastecido e tipo de combustível utilizado;
- 3.24.3.5. Permitir que o usuário emita um comprovante de abastecimento com todos os respectivos dados do abastecimento;
- 3.24.4. Solução Mobile**
- 3.24.4.1. A plataforma deverá ser baixada em sua respectiva loja de aplicativos: AppleStore e GooglePlay;
- 3.24.4.2. Disponibilizar a plataforma para acesso público onde motoristas possam realizar seu cadastro;
- 3.24.4.3. Permitir que o motorista possa redefinir sua senha;
- 3.24.4.4. Permitir que o motorista visualize todos os veículos aos quais lhe foi concebido acesso;
- 3.24.4.5. Permitir que o motorista faça a identificação de condutor ao utilizar um veículo com método de check-in e check-out para registro do diário de bordo automatizado;
- 3.24.4.6. Permitir que o motorista faça o registro de abastecimento do veículo informando o veículo, a data e hora, quilometragem ou hodômetro atual, o combustível abastecido, a quantidade de litros e fornecedor;
- 3.24.4.7. Permitir que ainda no ato de lançamento do abastecimento via plataforma mobile, o motorista envie a foto do ticket (nota fiscal) do abastecimento e a foto do hodômetro do veículo;
- 3.24.5. Solução Eletrônica IoT**
- 3.24.5.1. Cada dispositivo deve ser composto por, no mínimo 01 (um) microprocessador de dados de, ao menos, 32 bits e 126 MHz; 01 (um) receptor de sinal GPS (Global Position System) de alta sensibilidade; 01 (um) receptor 4G; 01 (um) identificador de condutor via TAG/cartão RFID; 01 (um) sensor de ignição; 01 (uma) bateria interna com autonomia mínima de 72 (setenta e duas) horas;
- 3.24.5.2. O dispositivo deve ser aprovado/homologado pela ANATEL;
- 3.24.5.3. O dispositivo deve permitir fazer a configuração através de SMS ou cabo USB conectado a um computador;
- 3.24.5.4. O dispositivo deve permitir fazer a configuração de IP ou URL do servidor de destino para envio de informações;
- 3.24.5.5. O dispositivo deve permitir fazer a leitura de todas as informações de localização, movimentação, hora, direção e velocidade do veículo em tempo real;
- 3.24.5.6. O dispositivo deve permitir fazer a leitura da situação de ignição do veículo (desligada/ligada);
- 3.24.5.7. O dispositivo deve permitir fazer a leitura de posicionamento, no máximo, a cada 30 (trinta) segundos quando a ignição estiver ligada e a cada 15 (quinze) minutos quando a ignição estiver desligada;
- 3.24.5.8. O dispositivo deve permitir a identificação de motorista via um identificador TAG/cartão RFID, quando o motorista aproxima a TAG/cartão do leitor ele é identificado e o leitor envia essa informação para o coletor de dados do veículo que posteriormente, enviará para a plataforma de gestão a identificação do motorista juntamente com os dados de posição e velocidade do veículo. A TAG/cartão será disponibilizada pela **CONTRATADA** e não haverá custo adicional para sua reposição em razão de troca ou perda.
- 3.24.5.9. O dispositivo deve permitir os tipos de bloqueio:
- 3.24.5.9.1. Livre: somente sendo necessária a identificação do motorista;
- 3.24.5.9.2. Bloqueio: o veículo será acionado apenas para condutores previamente cadastrados para o veículo em específico;
- 3.24.5.10. O dispositivo deverá permitir o desbloqueio por aproximação, sem necessidade de contato físico com o módulo.
- 3.24.5.11. A ignição do veículo somente deverá ser liberada após a devida identificação do motorista.
- 3.24.5.12. O equipamento deverá ser instalado no interior do veículo, preferencialmente no painel, em local próximo ao volante.
- 3.24.5.13. O dispositivo deverá possuir identificação única e ser intransferível entre veículos.
- 3.24.5.14. A **CONTRATADA** deverá garantir o armazenamento dos dados pelo período mínimo de 02 (dois) anos.





**3.24.5.15.** O sistema deverá disponibilizar acesso imediato a relatórios de posicionamento referentes aos últimos 06 (seis) meses. Caso o ÓRGÃO GESTOR necessite de relatórios anteriores, a CONTRATADA deverá fornecê-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme formato solicitado.

**3.24.5.16.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, a cada 03 (três) meses, cópia de segurança (backup) dos dados de rastreamento em formato eletrônico, sem ônus adicional ao ÓRGÃO GESTOR, conforme padrão por este definido.

**3.24.5.17.** Todos os dispositivos e componentes deverão ser instalados em total conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência, apresentando-se em perfeitas condições de funcionamento.

**3.24.5.18.** A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra especializada para a instalação dos equipamentos, sem qualquer custo adicional ao ÓRGÃO GESTOR.

**3.24.5.19.** Na ocorrência de danos aos dispositivos decorrentes de sinistro, falha técnica ou defeito de fabricação, a manutenção deverá ser realizada por técnicos da rede autorizada da CONTRATADA, sem custos adicionais ao ÓRGÃO GESTOR.

**3.24.5.20.** Caso o veículo equipado com o dispositivo seja submetido a sinistro ou reparo que possa comprometer o funcionamento da solução, a CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica do equipamento, mediante solicitação do ÓRGÃO GESTOR.

**3.24.5.21.** Havendo necessidade de reinstalação do dispositivo (remoção e instalação em outro veículo), o serviço deverá ser executado por técnicos da rede autorizada da CONTRATADA, sem custos adicionais ao ÓRGÃO GESTOR.

**3.24.5.22.** Não será devido pela CONTRATADA qualquer pagamento adicional relacionado aos serviços prestados, incluindo despesas com deslocamento, alimentação ou hospedagem de pessoal técnico.

**3.24.5.23.** A retirada dos dispositivos, em caso de rescisão ou término contratual, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem quaisquer ônus ao ÓRGÃO GESTOR.

## **3.25. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**

**3.25.1.** Os equipamentos deverão possuir garantia durante toda a vigência contratual;

**3.25.2.** A CONTRATADA deverá reparar ou substituir equipamentos defeituosos em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação, realizada pelo fiscal;

**3.25.3.** A CONTRATADA deverá corrigir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação realizada pelo fiscal do contrato, quaisquer falhas, inconsistências ou indisponibilidades relacionadas ao sistema de rastreamento veicular, incluindo, mas não se limitando a: ausência de atualização de localização dos veículos, perda de sinal de rastreamento, falhas na transmissão de dados, inconsistências em relatórios, problemas de acesso à plataforma, erros de funcionamento dos equipamentos instalados, falhas no histórico de rotas, bem como qualquer defeito que comprometa o monitoramento, controle ou funcionamento adequado do sistema.

**3.25.4.** Os custos de manutenção serão de responsabilidade da CONTRATADA;

**3.25.5.** No caso de violação ou danificação dos equipamentos causados pela Administração, o custo de aquisição e instalação dos equipamentos poderá ser cobrado pela CONTRATADA;

**3.25.6.** A assistência técnica presencial da CONTRATADA deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação realizada pelo fiscal do contrato, sempre que houver falhas que não possam ser solucionadas remotamente ou que comprometam o funcionamento do sistema de rastreamento veicular, dos equipamentos instalados, da transmissão de dados, da localização em tempo real, da emissão de relatórios ou do acesso à plataforma de monitoramento.

## **4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Serão instalados equipamentos em aproximadamente 140 (cento e quarenta) veículos pertencentes à frota do Município de Capitão Leônidas Marques, podendo esse quantitativo ser ampliado ou reduzido, a critério da Administração, conforme a necessidade, respeitados os limites legais estabelecidos na legislação vigente.

**4.1.1.** O Município de Capitão Leônidas Marques efetuará o pagamento exclusivamente pelos equipamentos devidamente instalados e em pleno funcionamento.

**4.2.** A instalação dos módulos/dispositivos nos veículos deverá ocorrer na sede do Pátio de Máquinas, na Rua Catanduvás nº 575-621 no Município de Capitão Leônidas Marques, **ou em outro local previamente indicado pela contratante**, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato. As atividades de instalação e cadastramento dos veículos serão acompanhadas pelo fiscal do contrato.

**4.3.** Ao término da vigência do contrato, os equipamentos deverão ser retirados pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o Município.

**4.4.** A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento com estrutura mínima composta por escritório físico, telefone, e-mail e WhatsApp, para controle, planejamento das atividades e suporte técnico ao Município.

**4.5.** A CONTRATADA deverá fornecer número telefônico (fixo ou móvel) para comunicação ágil relativa aos serviços contratados, bem como endereço eletrônico para comunicações oficiais.

**4.6.** O Município de Capitão Leônidas Marques poderá, a qualquer tempo, solicitar a transferência do equipamento/dispositivo de um veículo para outro, devendo todos os custos ser suportados pela CONTRATADA.

**4.7.** A CONTRATADA deverá agendar previamente a data e o horário da entrega por meio do telefone (45) 99906-6904, com o setor responsável, Departamento de Controle e Fiscalização de Frotas.

**4.8.** O prazo para execução do objeto, incluindo instalação dos módulos e cadastramento dos veículos no sistema, será de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, devendo os equipamentos ser entregues em perfeito funcionamento.

**4.9.** Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado, a empresa deverá comunicar formalmente as justificativas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para análise de eventual prorrogação.

**4.10.** O objeto deverá ser executado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Controle e Fiscalização de Frotas deste Município.

**4.11.** Os objetos entregues deverão estar em conformidade com as especificações descritas, sendo a conferência realizada pelo setor responsável, Departamento de Controle e Fiscalização de Frotas.



**4.12.** Eventuais irregularidades na execução do contrato sujeitarão a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.13.** Os equipamentos deverão ser novos, de primeira linha e em perfeitas condições de uso, atendendo aos padrões de qualidade exigidos.

**4.13.1.** A CONTRATADA será responsável por todos os custos diretos e indiretos, incluindo embalagem, transporte, frete, seguros, tributos e quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto, não sendo admitidas cobranças adicionais ao Município.

**4.13.2.** Quaisquer danos causados ao patrimônio do Município durante a execução dos serviços deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA, independentemente de culpa direta ou indireta de seus empregados ou prepostos.

**4.13.3.** Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, adequadas à sua conservação e integridade.

## 5. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**5.1.** A garantia dos equipamentos deverá observar o disposto no Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto aos prazos legais, bem como as condições previstas nas embalagens e especificações do fabricante. Constatados defeitos como falhas, manchas, riscos, lascas, quebras, trincas, amassados ou quaisquer não conformidades com as especificações exigidas pelo Município de Capitão Leônidas Marques, após análise do fiscal do contrato, a CONTRATADA deverá promover o reparo ou a substituição dos equipamentos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação formal, que poderá ser realizada por meio eletrônico.

**5.2.** A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o devido processo legal.

**5.2.1.** Poderão ser aplicadas, dentre outras, as seguintes penalidades:

**5.2.2.** Multa em razão do atraso na execução dos serviços em relação aos prazos estabelecidos;

**5.2.3.** Multa pela recusa injustificada no cumprimento do objeto contratado;

**5.2.4.** Multa pela demora na substituição de equipamentos rejeitados ou na correção de falhas, contada a partir do segundo dia após a notificação;

**5.2.5.** Multa pela recusa em sanar falhas apontadas pela fiscalização, sendo considerada como inexecução do contrato a não prestação adequada do serviço;

**5.2.6.** Com o objetivo de resguardar o erário, o Município de Capitão Leônidas Marques poderá adotar medida cautelar de retenção de pagamentos devidos à CONTRATADA, no limite do valor estimado da multa, até a conclusão do respectivo processo administrativo;

**5.2.7.** A CONTRATADA deverá atender prontamente a todas as solicitações e exigências do Departamento competente, relacionadas ao objeto da contratação;

**5.2.8.** A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao Município de Capitão Leônidas Marques, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data prevista para execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos, devidamente comprovados;

**5.2.9.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

## 6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** A contratação de serviço de rastreamento veicular justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle, a segurança e a gestão da frota do Município de Capitão Leônidas Marques, garantindo maior eficiência na utilização dos veículos públicos.

**6.2.** A implementação de sistema de rastreamento permitirá o monitoramento em tempo real da localização dos veículos, possibilitando melhor planejamento das rotas, redução de deslocamentos desnecessários e otimização do uso dos recursos públicos. Além disso, contribui diretamente para a diminuição de custos operacionais, como consumo de combustível e despesas com manutenção, uma vez que possibilita o acompanhamento do uso adequado dos veículos.

**6.3.** Outro aspecto relevante é o aumento da segurança patrimonial, uma vez que o rastreamento auxilia na prevenção de usos indevidos, extravios e furtos, permitindo respostas mais rápidas em situações de emergência.

**6.4.** O sistema também proporciona maior transparência na gestão da frota, disponibilizando relatórios detalhados sobre trajetos, tempo de uso, paradas e desempenho dos veículos, o que fortalece os mecanismos de controle interno e fiscalização.

**6.5.** Adicionalmente, a solução contribui para a melhoria dos serviços prestados à população, especialmente em áreas essenciais como saúde, transporte e obras públicas, onde a disponibilidade e a correta utilização dos veículos são fundamentais para o atendimento das demandas.

**6.6.** Dessa forma, a contratação do serviço de rastreamento veicular apresenta-se como medida necessária e vantajosa, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na legislação vigente.

## 7. ESTIMATIVA DE VALOR

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total
1	Implantação da solução tecnologia, treinamento, acompanhamento inicial nas operações diárias dos servidores.	01	1	R\$ 18.000,00		R\$ 18.000,00
2	Licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada para Administração Pública, disponibilizada no modelo software como serviço (SAAS) hospedada em nuvem, fornecendo recurso de tratamento dos	12	Meses		R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

	dados obtidos através dos equipamentos instalados em veículos para prover a modernização administrativa deste Município.					
3	Solução tecnológica e eletrônica compatível com plataforma IOT para coleta de dados veiculares da Administração Pública	12	Meses	R\$ 75,00 (Por veículo)	R\$ 10.500,00	R\$ 126.000,00

**7.1.** Após realização de pesquisa de mercado, mediante obtenção de três orçamentos junto a empresas especializadas, verificou-se que o valor estimado da contratação é de aproximadamente **R\$ 186.000,00**, sendo este o menor valor obtido.

**7.2.** Ressalta-se que o valor inicialmente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) foi estimado em R\$ 175.000,00, contudo, após realização de pesquisa de preços atualizada, constatou-se que os valores praticados no mercado encontram-se superiores ao previsto, motivo pelo qual o valor estimado da contratação foi ajustado para refletir a realidade de mercado, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.3.** A Pesquisa de Preços foi elaborada com base em contratações realizadas por outros municípios, referentes a objetos compatíveis, bem como por meio da solicitação de três orçamentos junto a empresas especializadas que atuam no ramo, sendo que todos os documentos utilizados serão devidamente anexados ao presente Estudo Técnico Preliminar, para fins de comprovação da compatibilidade dos valores praticados no mercado.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**8.1.** Identificada a necessidade da prestação de serviços e o fornecimento de equipamento a título de comodato, componentes e licença de uso de software e os respectivos serviços de instalação, manutenção, substituição, configuração, capacitação, treinamento, suporte técnico e garantia de funcionamento, compreendendo, se for o caso, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

**8.2.** A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.3.** A contratação será realizada por lote único, considerando a necessidade de integração entre os componentes da solução, não se aplicando vistoria prévia dos locais para execução do objeto.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** Considerando a natureza do objeto, a contratação será realizada por lote único, com adjudicação a uma única empresa vencedora, tendo em vista a necessidade de integração entre todos os componentes da solução tecnológica, incluindo software, equipamentos e serviços, não sendo tecnicamente viável o parcelamento, sob pena de comprometer a eficiência da execução contratual e a responsabilidade pela operacionalização da solução.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**10.1.** Espera-se com esta contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

**10.1.1.** Atendimentos a todos os preceitos legais vigentes;

**10.1.2.** Reduzir chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta pasta;

**10.1.3.** Garantir o fornecimento de materiais de qualidade, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

**10.1.4.** Rapidez no atendimento a demanda da frota municipal;

**10.1.5.** Integração e transparência no fornecimento e entrega dos materiais;

**10.1.6.** Pretende-se contratar os itens descritos ao menor preço, com qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades já expostas por esta pasta de forma eficaz e eficiente.

## 11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

**11.1.** O Departamento de Frotas deverá realizar um planejamento para ter os veículos e funcionários à disposição da CONTRATADA, para que a mesma possa realizar a instalação dos equipamentos e a capacitação e treinamento dos servidores com relação ao uso e funcionamento do serviço de rastreamento.

**11.2.** A prestação de serviços compreende a instalação de módulos coletor de dados nos veículos pertencentes à frota do município, bem como a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via WEB. Deve-se incluir o fornecimento de equipamentos a título de comodato, componentes e licença de uso de software e os respectivos serviços de instalação, manutenção, substituição, configuração.

**11.3.** A CONTRATADA deve atuar também com relação à capacitação, treinamento, suporte técnico e garantia de funcionamento, durante a vigência do contrato, contra qualquer defeito decorrente de falha na execução e de defeitos dos materiais/peças empregados no serviço.

**11.4.** É importante informar que, a presente contratação deverá ser precedida de processo licitatório, em observância à Lei nº 14.133/2021.



## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**12.1.** Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **13. DA ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR**

**13.1.** Visto que não houve contratação anterior do objeto em questão, a estimativa de quantidades foi fundamentada no número de veículos atualmente disponíveis na frota da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, não havendo, até o momento, previsão de incorporação de novos veículos, ressalvando-se contudo, a possibilidade de eventuais inclusões ao longo da vigência contratual (2026/2027), provenientes de aquisições futuras, convênios, doações ou outras formas de ingresso.

**13.2.** Atualmente, a frota de veículos pertencentes ao Município de Capitão Leônidas Marques conta com aproximadamente 140 veículos e equipamentos.

## **14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**14.1.** Com relação aos serviços a serem contratados verifica-se, em uma primeira análise, não serem causadores de grandes impactos ambientais. De qualquer forma, a CONTRATADA deverá respeitar as Normas e Legislação Ambiental regulamentadoras pertinentes, em especial, quanto à devida destinação final dos resíduos gerados e quanto a poluição sonora.

## **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

**15.1.** A contratação se mostrou VIÁVEL a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos, como já vem sendo adotado pela Administração Pública em soluções de gestão de frotas.

## **16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP**

Alysson Christian Graciolli

*Chefe de Departamento Controle e Fiscalização de Frotas*

Patricia Sinhorin Prates

*Agente de Administração*





# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026.

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG/CPF, ..... (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº ..... em epigrafe que tem por objeto a contratação de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx conforme segue:

**1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como marca/modelo(se houver);**

**\* Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.**

**\* NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.**

**2. Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados), com até duas casas decimais (0,00).**

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$5,00 (cinco reais)** para o item nº 2; e de **R\$10,00(dez reais)** para os itens nº 01 e 03.

**3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESSENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.**

**4. Prazo de entrega do objeto.**

**5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente;**

#### DECLARAÇÕES:

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que os produtos, estão devidamente registrados no órgão competente e atendem às normas de controle de qualidade.

C - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

D - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail [licitacaoclm@hotmail.com](mailto:licitacaoclm@hotmail.com) e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

....., \_\_\_\_ de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal



## ANEXO III

### DECLARAÇÕES UNIFICADAS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.**

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ/MF: ..... FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM ( ) NÃO ( )**.

....., ..... de ..... de 2026.

-----  
Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa

RG/CPF:



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO IV

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.**

### DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

#### 1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_

Contador da empresa \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

#### 2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Complemento \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Fax \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

**Assinatura e Identificação do  
Responsável Legal e da Empresa**



## ANEXO V

### **CONTRATO DE xxxxxxxxxxxxx N° xxx/2026**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2026.**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MAXWELL SCAPINI**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e;

**CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxx** sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, totalmente orientada à administração pública, disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), hospedada em ambiente de computação em nuvem, contemplando recursos para tratamento e processamento dos dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos, com vistas à modernização administrativa do Município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 115/2026 e conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**2.1.** Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxxxx.

**2.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **2.2. REAJUSTE:**

**2.2.1.** Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

**2.2.2.** Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

**2.2.3. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.**

**2.2.4.** Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

**2.2.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

#### **2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**2.3.1.** Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

**2.3.2.** Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

**2.3.3.** Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br).

**2.3.4.** Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de serviço de licença de uso de plataforma tecnológica integrada de gestão, pois envolve a utilização de tecnologias, como dispositivos de GPS e softwares de monitoramento, para fornecer dados contínuos sobre a localização dos veículos. Embora a instalação dos dispositivos, como os aparelhos de GPS, possa ser considerada como o fornecimento de bens, o cerne do contrato é a prestação contínua de serviços. Isso ocorre porque, após a instalação, o serviço envolve a operação do sistema, a manutenção dos dados e a análise constante das informações fornecidas, sem a entrega de um bem físico permanente. Portanto, o sistema de rastreamento de veículos configura-se principalmente como uma prestação de serviços continuados, visto que a principal atividade CONTRATADA e fornecida é a operação e manutenção do sistema de monitoramento, não a entrega de bens materiais.





**3.2.** A garantia dos objetos será de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, art.26, e conforme caso dos seguintes defeitos: falhas de funcionamento ou instalação, após análise do material pelo fiscal deste contrato, o objeto deverá ser substituído/reparado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**3.3.** O prazo para entrega do objeto após a solicitação do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas, mediante Solicitação de Fornecimento, deverá ser de no máximo **30 (trinta) dias corridos**.

**3.4.** Os itens deverão ser entregues no endereço: Avenida Tancredo Neves, 502, bairro Centro em Capitão Leônidas Marques/PR, sendo responsável pelo recebimento o Departamento de Controle e Fiscalização de Frotas, ou por servidor designado pela administração.

**3.5.** A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em partes, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Termo de Referência e seus anexos.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DA LICENÇA DE USO – EXECUÇÃO**

**4.1.** A locação do Sistema se dará pelo prazo de 12 (doze) meses, devendo ser garantida a ampla e irrestrita utilização de forma contínua e ininterrupta, a todo tempo, de todos os módulos do SISTEMA, obedecido o cronograma de implantação.

**4.2.** Os serviços de implantação do sistema deverão contemplar instalação, configuração e treinamento, estes serviços deverão ser realizados conforme demanda do CONTRATANTE, conforme cronograma.

**4.3.** Caso a contratada não seja a atual fornecedora, ou no caso de novo sistema ou novos módulos, deverá ser realizado treinamento e capacitação iniciais, durante a fase de implantação, para dar condições aos servidores de operar o novo sistema.

#### **CLÁUSULA QUINTA - LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO**

##### **5.1. Sistema Informatizado:**

**5.1.1.** A locação da Licença de Direito de Uso do Sistema, compreende o uso sem restrição das funcionalidades, e de todos os módulos sem limitação do número de usuários.

**5.1.2.** Nas hipóteses de término da vigência do contrato ou sua rescisão por qualquer motivo, os módulos do SISTEMA ficarão disponíveis em modo consulta por prazo indeterminado e a CONTRATADA fica obrigada a fornecer os dados em formato .XML ou .TXT salvo em mídia do tipo CD- ROM ou pendrive em no máximo três dias.

##### **5.2. Serviços Técnicos, Instalação, Configuração E Parametrização Do Sistema Informatizado:**

**5.2.1.** A implantação compreende em configurar o acesso do SISTEMA em todos os computadores que o CONTRATANTE determinar.

**5.2.2.** A configuração e parametrização visam à carga de todos os parâmetros inerentes aos processos em uso pelo Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas do Município de Capitão Leônidas Marques- PR, e que atendam a Legislação Federal.

##### **5.3. Capacitação Inicial:**

**5.3.1.** Compreende a realização de capacitação de toda a equipe de usuários responsáveis pela operacionalização de todos os módulos adquiridos.

**5.3.2.** Ao final da capacitação inicial, os servidores do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas do Município de Capitão Leônidas Marques - PR, envolvidos no projeto, deverão ter pleno domínio da tecnologia adotada para a solução, estando aptos a executar atividades como: operação, validação, testes, controle de qualidade, entre outros.

#### **CLÁUSULA SEXTA - ASPECTOS GERAIS DA CAPACITAÇÃO**

##### **6.1. Nível De Treinamento:**

**6.1.1.** Os treinamentos poderão ocorrer em três níveis para cada um dos módulos: básico, avançado e técnico.

**6.1.1.1.** Treinamento Básico: Treinamento básico visa à operação e será disponibilizado a todos os usuários de cada módulo.

**6.1.1.2.** Treinamento Avançado: Treinamento avançado terá alcance para os gestores responsáveis de cada área atendida pelo SISTEMA INFORMATIZADO. Deverá possibilitar a realização de todas as configurações e parametrizações de cada módulo.

**6.1.1.3.** Treinamento Técnico: O treinamento técnico será voltado à equipe do Departamento de Controle e Fiscalização De Frotas do Município de Capitão Leônidas Marques-PR.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO TREINAMENTO**

**7.1.** Os treinamentos serão realizados no auditório da Casa da Cultura do Município de Capitão Leônidas Marques - PR, em ambiente próprio, com a infraestrutura necessária.

**7.2.** A empresa fornecerá um treinamento presencial, sem custos adicionais, pelo período de até 08 (oito) horas.

**7.3.** O CONTRATANTE, caso entenda cabível, poderá dispensar o treinamento presencial, sendo substituído pelo remoto.



## **CLÁUSULA OITAVA - SUPORTE TÉCNICO**

**8.1.** A CONTRATADA deverá manter serviço de suporte técnico capacitado via telefone e chat on-line ilimitado emitindo protocolo de atendimento prestado em idioma português, disponível contato com os técnicos da sede do CONTRATANTE, em horário das 07h45min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

**8.2.** A CONTRATADA deverá manter link de acesso de serviço de suporte técnico via chat on-line ilimitado emitindo protocolo de atendimento prestado, no site do CONTRATANTE.

**8.3.** Para chamados solicitados no canal online, a CONTRATADA deverá cumprir prazos para solução dos problemas, não podendo se estender para mais de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em casos e/ou situações que demandem suporte de outros setores (ex: implantação de novas funcionalidades específicas para o Município).

**8.4.** A CONTRATADA deverá possuir técnicos especialistas no MÓDULO/SISTEMA locado, para que possam atender o Município e sanar dúvidas de forma rápida e eficaz.

**8.5.** Nas visitas rotineiras ao Município, a proponente CONTRATADA deverá enviar profissionais que dominem todos os setores existentes no módulo/sistema locado. Caso alguma situação não seja resolvida, a vencedora deverá em até 05 (cinco) dias revolver o caso, repassando informações por meio do canal online ou telefone.

## **CLÁUSULA NONA - MANUTENÇÕES**

**9.1.** Compreende os serviços necessários para contratada manter o SISTEMA INFORMATIZADO locado sempre em perfeita operacionalização visando, garantir as características mínimas do sistema contratado.

**9.2.** A CONTRATADA deverá manter, em sua sede, equipe técnica alocada exclusivamente ao desenvolvimento e aprimoramento dos softwares, de novas versões e adequações às Legislações Estadual e Federal.

**9.3.** A Atualização do SISTEMA INFORMATIZADO poderá ocorrer em três níveis: manutenção corretiva, manutenção preventiva e manutenção personalizada.

**9.4.** O Corpo técnico e os usuários, quando necessário, emitirão parecer a respeito do serviço realizado.

**9.5.** A CONTRATADA deverá disponibilizar novas versões/atualizações para o SISTEMA INFORMATIZADO locado durante o prazo de contrato, sem ônus adicional.

**9.6.** A CONTRATADA deverá documentar previamente a coordenação da contratante sobre a atualização da nova versão para o SISTEMA INFORMATIZADO locado.

**9.7.** No caso de desconfigurações em massa na versão atualização do sistema, a CONTRATADA deverá encaminhar imediatamente a sede da CONTRATANTE um profissional para reorganizar as configurações sem custo adicional, cabendo a CONTRATADA notificar via ofício quando necessário.

**9.8.** Para todo o atendimento de Suporte Técnico que não puder ser solucionado no momento, o técnico da CONTRATADA deverá dar retorno no prazo máximo de 48 horas, para o usuário que solicitou o suporte, com a indicação da solução para o mesmo, ou fazendo o encaminhamento para uma das modalidades de Manutenção.

**9.9.** O atendimento de Suporte Técnico deverá ser a todos os profissionais usuários do SISTEMA INFORMATIZADO locado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - MANUAIS**

**10.1.** Todos os manuais relativos ao sistema aplicativo objeto desta licitação devem estar no idioma português.

**10.2.** A única exceção aplicável diz respeito à documentação relativa aos produtos básicos, que poderão opcionalmente estar no idioma inglês, tais como: banco de dados, produtos de comunicação, etc.

**10.3.** O sistema oferecido deve toda documentação, escrita no idioma português, em papel ou mídia eletrônica, os quais deverão ser entregues no final da implantação de cada módulo/sistema.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - BACKUP**

**11.1.** O sistema deve possuir mecanismos que permitam a execução automática de cópias de segurança previamente agendadas.

**11.2.** O BACKUP é de responsabilidade da CONTRATADA, ficando em posse dela a cópia de segurança.

**11.3.** A cópia de segurança poderá ser solicitada pela CONTRATANTE a qualquer momento. Será necessário a empresa informar qual a forma de armazenamento das informações.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS QUANTITATIVOS E INSTALAÇÕES**

**12.1.** Serão instalados equipamentos em aproximadamente 140 (cento e quarenta) veículos pertencentes a frota do Município de Capitão Leônidas Marques, e a critério do CONTRATANTE o quantitativo poderá ser aumentado ou suprimido, conforme necessidade dentro dos limites estabelecidos na Lei.

**12.2.** As instalações dos módulos rastreadores nos veículos deverão ocorrer na sede do Pátio de Máquinas pertencente a CONTRATANTE, localizado na Rua Catanduvás, 575-621 (pátio de máquinas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, e as atividades de instalação e cadastro dos veículos serão acompanhadas pelo fiscal do contrato.

**12.3.** Após a instalação dos módulos, a CONTRATADA deverá emitir atestado de instalação, assinado pelo funcionário responsável pela instalação e pelo fiscal do contrato.

**12.4.** No final da vigência do Contrato, os equipamentos deverão ser retirados pela CONTRATADA e recolhidos sem nenhum ônus para ao CONTRATANTE.

**12.5.** A CONTRATADA deverá dispor de uma central de atendimento, com escritório físico, telefone, e-mail e WhatsApp para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de seu pessoal operacional, bem como dar suporte técnico ao CONTRATANTE.

**12.6.** A empresa CONTRATADA deverá fornecer número telefônico fixo ou móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados, e ainda, um endereço eletrônico para eventuais comunicações.

**12.7.** A contratante poderá a qualquer momento, solicitar a transferência do Equipamento Rastreador de um veículo para outro imediatamente, onde os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA.

**12.8.** A contratada deverá agendar horário e dia da entrega através do telefone (45) 99906-6904 com o Servidor Alysson Christian Graciolli.

**12.9.** O prazo para a execução e entrega do objeto, instalação dos módulos e cadastramento dos veículos no sistema deverá ser realizado após assinatura do contrato, deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, devendo ser entregue em perfeito funcionamento.

**12.10.** Em caso de impossibilidade de entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

**12.11.** O objeto deverá ser entregue de acordo com o estipulado pelo CONTRATANTE.

**12.12.** Os objetos deverão ser entregues de acordo com os descritivos acima, os quais serão confirmados pelo Servidor Alysson Christian Graciolli.

**12.13.** A irregularidade praticada na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO**

**13.1.** O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a execução do serviço, em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail ([compras2@clm.pr.gov.br](mailto:compras2@clm.pr.gov.br)).

13.1.1.A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

13.1.2.Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.



13.1.3. **As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções** conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)**

13.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**13.2.** Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

**13.3.** Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

- \* 146 - 05.001.04.123.1005.2126.3.3.90.39.00;
- \* 553 - 16.001.22.661.1012.2218.3.3.90.39.00;
- \* 7 - 02.001.04.122.1004.2101.3.3.90.39.00;
- \* 118 - 04.001.04.122.1009.2108.3.3.90.39.00;
- \* 309 - 08.001.13.392.1027.2200.3.3.90.39.00;
- \* 62 - 03.001.04.122.1004.2111.3.3.90.39.00;
- \* 288 - 07.001.27.812.1026.2156.3.3.90.39.00;
- \* 407 - 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.39.00;
- \* 513 - 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;
- \* 535 - 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00;
- \* 216 - 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.39.00;
- \* 333 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.39.00;
- \* 496 - 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.39.00;
- \* 208 - 06.006.12.361.1011.2144.3.3.90.39.00;
- \* 333 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.39.00;
- \* 471 - 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**15.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**15.2.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**15.3.** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**15.4.** É vedada a subcontratação parcial ou completa do contrato;

**15.5.** Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**15.6.** Arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do contrato, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;

**15.7.** Responsabilizar-se pelo adimplemento em dia de todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, indenizações e demais despesas com pessoal decorrente da execução do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício;

**15.8.** Responsabilizar-se pelo transporte, hospedagem, alimentação, deslocamentos e demais despesas com seus funcionários e prepostos na consecução e entrega do objeto;

**15.9.** Fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos da legislação;

**15.10.** Observar e fazer cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, documentação do operador responsável pelo equipamento prestador de serviços, conforme a legislação vigente, responsabilizando-se por todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais das pessoas empregadas direta ou indiretamente para a execução do contrato;





**15.11.** Manter o CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha a ser alegada em função da execução deste contrato;

**15.12.** Cumprir a legislação trabalhista, respondendo por quaisquer violações aos dispositivos;

**15.13.** Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

**15.14.** Arcar com a reparação dos danos causados ao CONTRATANTE ou à terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio;

**15.15.** Arcar com os eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive extrapatrimonial;

**15.16.** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, serviço (s) que não atenda (m) as especificações mínimas contidas no Termo de Referência;

**15.17.** Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;

**15.18.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**16.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o edital e proposta.

**16.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**16.3.** Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**16.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

**16.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente a parcela do serviço executado.

**16.6.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**17.1.** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 105, Lei nº 14.133/2021.

**17.2.** Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

**17.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**18.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**19.1.** O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado.

**19.1.1.** Em caso de multa: A sanção será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**19.1.2.** Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**19.1.3.** A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas



infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**20.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES**

**21.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**21.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**21.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**21.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**22.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

### **22.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:**

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**23.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**23.2.** A Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

**23.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

**23.4.** O Fiscal do Contrato irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

**23.5.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**23.6.** Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Alysson Christian Gracioli, Chefe de Departamento Controle e Fiscalização de Frotas, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

### **23.7. Gestor:**

Nome: Alysson Christian Gracioli
Cargo: Chefe de Departamento Controle e Fiscalização de Frotas
Matrícula: 124414/1



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

E-mail: [frotas@clm.pr.gov.br](mailto:frotas@clm.pr.gov.br)

## 23.8. Fiscais:

Nome: Patrícia Sinhorin Prates

Cargo: Agente de Administração

Matrícula: 124332/1

E-mail: [frotas@clm.pr.gov.br](mailto:frotas@clm.pr.gov.br)

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

**24.1.** As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD") e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

**25.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

**26.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – FORO

**27.1.** Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data,        de        de 2026.

ASSINAM:

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: